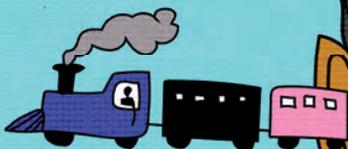
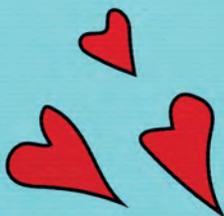


LIVRE PARA SER

5ª Conferência Nacional de Saúde Mental
reúne histórias de luta por direitos e destaca
a importância do cuidado em liberdade





Manifestação durante a abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio pediu o fim dos tratamentos com privação de liberdade, um dos eixos centrais da conferência. A ilustração da artista venezuelana Valentina Fraiz (@estudioanemona), estampada no banner levado pela delegação da Bahia, inspirou a arte de capa da revista.

RADIS

edição 257. fev 2024

NOSSA CAPA: ARTE DE EDUARDO DE OLIVEIRA, BASEADA NA ILUSTRAÇÃO DE VALENTINA FRAIZ (@ESTUDIOANEMONA)



- | | |
|---------------------------|---|
| EDITORIAL | |
| 3 | Liberdade é saúde |
| 4 | VOZ DO LEITOR |
| 5 | SÚMULA |
| CAPA SAÚDE MENTAL | |
| 10 | Cuidado sem amarras |
| 12 | Evani e a redescoberta da liberdade |
| 14 | Kleidson, um sobrevivente |
| 16 | Vanete: uma década nas ruas |
| 16 | Saiba o que é a Raps |
| ENTREVISTA WEIBE TAPEBA | |
| 18 | “O Congresso tem uma agenda anti-indígena” |
| 22 | Para entender a crise Yanomami |
| | MUDANÇAS CLIMÁTICAS |
| 24 | Efeito desigual |
| | CONSCIÊNCIA NEGRA |
| 28 | Abdias herói |
| | RESENHA |
| 32 | A mudança que falta |
| 34 | SERVIÇO |
| | PÓS-TUDO |
| 35 | Nise presente |

LIBERDADE É SAÚDE

Nossa matéria de capa traz ao leitor de *Radis* o cerne do que defenderam em Brasília mais de 2 mil gestores, trabalhadores da saúde e usuários do SUS que participaram da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental: é preciso fortalecer a Política Nacional de Saúde Mental, que superou os horrores e a ineficácia das instituições manicomiais como forma de tratamento no país.

O conjunto de princípios, objetivos e ações dessa política, com prioridades na destinação de recursos, redes de assistência, equipes multiprofissionais especializadas e estratégias de cuidado humanizado foi intencionalmente enfraquecido entre os anos 2016 e 2022.

Esse retrocesso foi acompanhado de um estímulo ao asilamento e privação de liberdade de pessoas em “comunidades terapêuticas” ainda não descontinuado pelo atual governo, o que foi alvo das mais duras críticas na conferência. Essas instituições, geralmente voltadas à doutrinação religiosa e sem oferecer tratamento adequado, foram descritas como “novos manicômios”, que não são “nem comunitárias, nem terapêuticas”.

O repórter Glauber Tiburtino abordou as questões sensíveis da saúde mental a partir da escuta de três delegados que foram à conferência representando o segmento de cidadãos usuários do SUS em diferentes estados. São olhares e narrativas vindos do elo mais frágil na relação e no alcance do SUS junto à sociedade.

Conhecer as tocantes trajetórias de vida de Evani Teixeira, Kleudson Beserra e Vanete Resende nos emociona e ensina muito sobre o valor do acolhimento humano, do apoio da família e de amigos, dos cuidados especializados e dos tratamentos de saúde mental em liberdade.

A população em situação de rua vive a intersecção de um conjunto grande de fatores determinantes dos processos de adoecimento, privação de direitos e desigualdade no acesso à saúde, uma realidade que mostra quanto o cuidado integral à saúde requer ações intersetoriais.

Vanilson Torres, que representa essa população no Conselho Nacional de Saúde, defende que o cuidado

em saúde mental das pessoas em situação de rua deve ter como foco central “a moradia digna como um direito”, além de trabalho, emprego e renda, cuidado em liberdade e políticas públicas estruturantes, como a expansão das redes de atenção psicossocial em todos os estados e municípios.

Nesta edição, as mudanças climáticas e a desigualdade nos impactos das alterações do clima são o tema de matéria da repórter Liseane Morosini, que aprofunda também as discussões sobre agroecologia, “capitalismo verde”, transição energética e justiça climática.

Em entrevista a Adriano De Lavor, o secretário especial de saúde indígena do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, analisa a saúde dos Yanomami, um ano após a decretação de Emergência Sanitária por conta de desassistência e mineração ilegal no território, e fala sobre a “agenda anti-indígena” no Congresso Nacional.

O fundamental legado do militante negro Abdias Nascimento é recuperado pelo editor Luiz Felipe Stevanim, no momento em que a memória do poeta, artista plástico, escritor, dramaturgo, político, professor universitário e ativista dos direitos humanos é honrada com a inclusão do seu nome no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

A repórter Izabelly Nunes nos traz a resenha do livro *A palavra que resta*, de Stênio Gardel. O romance, que fala sobre aceitação e silenciamentos de pessoas LGBTQIA+ no Sertão nordestino, venceu o National Book Award de melhor obra traduzida de literatura nos Estados Unidos.

O tema da luta antimanicomial é rotomado na seção Pós-Tudo com as imagens do desfile da escola de samba Arranco do Engenho de Dentro, no carnaval do Rio de Janeiro, que homenageou Nise da Silveira. O refrão do samba enredo exalta a psiquiatria que revolucionou o cuidado com pacientes com transtornos mentais no Brasil: “Não é delírio não, é felicidade / Nise, a saudade te fez regressar / Reimaginando a insanidade / Loucura é não saber amar”.

MUDANÇA NA RADIS

A jornalista Ana Cláudia Peres, dona de uma escuta sensível e uma escrita primorosa, é a nova subeditora da *Radis*. Bruno Domingues, que marcou com excelência e discrição a sua passagem na reportagem e edição da revista desde 2006, se desloca agora para outro estado e outra instituição pública. Um jornalista tão competente e comprometido com os direitos e a vida da população tem um valor inestimável para a saúde coletiva. Muito obrigado e até breve, companheiro!

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

BANCOS DE LEITE

Vamos ajudar os nossos heróis prematuros! Se você é doadora, continue doando. Se você conhece alguma gestante ou puérpera, fale sobre a doação de leite humano. Se você não pode doar leite, ajude doando potes de vidro com tampas de plástico.

Doe leite UFPB, via Instagram

Eu doei leite materno por 1 ano e 5 meses. É uma alegria imensa que carrego comigo e isso só foi possível graças a essa Rede de Bancos de Leite Humano.

Sonia Moreira, via Instagram

Viva o leite materno!

Silvani Castelo, via Instagram

Ótimo sermos referência mundial e parabéns pela matéria!

Cristina Cadaval, via Instagram



Doei bastante leite materno para o IFF. Orgulho de ser Fiocruz!

Alzira Assis Patroclo, via Instagram

Viva o melhor alimento da vida!

Simone Intrator, via Instagram



DONA NICINHA

Minha tia linda, imensa é a saudade que eu sinto dela.

Sabrina Lobitzki, via Instagram

PSICÓLOGO DO NASF

Sugiro uma matéria sobre o papel do Nasf (Núcleo Ampliado de Saúde da Família) para as comunidades e do psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde, o famoso psicólogo de postinho.

Josidan da Silva Lima, via email

R: Olá, Josidan! Obrigado pela sugestão. Tema importante, que vamos abordar em breve!

“QUERO SER CIENTISTA”

Raquel é uma mulher dotada de múltiplas capacidades. Cientista, mãe, escritora, educadora, mulher única e que não canso de admirar!

Andressa Durans, via Instagram

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Jana é incrível. Ela nos ensina tanto com seus relatos e reflexões.

Ludmila Leite, via Instagram

Emocionante e muito forte aprender com Jana! Nunca esqueci a primeira vez que ouvi falar do perfil @elaesoababa. Segui e nunca mais deixei de acompanhar! Quem acompanha desde 2020 percebe o quanto Jana transforma a sua história a cada ano que passa.

Camila Galvão, via Instagram

SUGESTÃO DE REPORTAGEM

Sou Paula Cavalcante, jornalista de Caruaru (PE) e assinante da revista Radis. Venho por meio deste e-mail trazer uma sugestão de reportagem sobre a Casa de Maria, um equipamento público estadual que acolhe pacientes do Hospital Regional Jesus Nazareno que não conseguem voltar para casa na mesma hora que recebem alta, seja das consultas do pré-natal de alto risco, seja após dar à luz. A inspiração para esta sugestão parte da edição 250, com a ótima reportagem sobre a Casa de Parto David Capistrano Filho, no Rio.

Paula Cavalcante, Caruaru (PE)

R: Olá, Paula! Obrigado pela lembrança! Vamos produzir em breve uma reportagem sobre a iniciativa. Continue acompanhando a revista, o site e nossas redes!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Ana Cláudia Peres
Subeditora

Reportagem

Adriano De Lavor
Glauber Tiburtino
Lícia Oliveira
Liseane Morosini

Estágio supervisionado
Giovanna Garcia, Izabelly Nunes e Luíza Zauza

Arte

Eduardo de Oliveira
Felipe Plauska

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal
Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 117.500 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





DENGUE: VACINA DISPONÍVEL NO SUS

O Brasil é o primeiro país do mundo a incorporar a vacina contra a dengue no sistema público de saúde. A vacinação começa em fevereiro e vai ser aplicada em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos. Segundo o ministério, essa faixa etária concentra o maior número de hospitalizações depois das pessoas idosas, que não tiveram a vacina liberada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O esquema vacinal prevê a aplicação de duas doses, com intervalo mínimo de três meses entre elas.

Em 2024, a previsão é que cerca de 3,2 milhões de pessoas sejam imunizadas. O primeiro lote, com 750 mil doses, chegou ao país em 20/1, e a segunda

remessa, com 570 mil doses, tem previsão de entrega para fevereiro. Esse total de 1,32 milhão de doses foi doado pela farmacêutica japonesa Takeda, que vendeu toda a sua produção anual de 5 milhões de doses para o governo federal.

O imunizante chega ao SUS justamente quando o país enfrenta um dos piores períodos da doença. Mas, devido à capacidade de produção limitada da farmacêutica, as vacinas serão destinadas a 39 regiões de saúde com alta transmissão da dengue e incidência do sorotipo 2 do vírus, em 500 municípios de grande porte, informou a Folha de S.Paulo (23/1).

“Ter, do ponto de vista da tecnologia, uma vacina disponível no SUS, que pode não só prevenir casos graves da dengue, como reduzir hospitalizações e demais casos da doença, é uma revolução no cenário epidemiológico”.

Julio Croda, infectologista, em entrevista ao blog do CEE-Fiocruz (18/1)

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



Alta da doença

O número de casos de dengue nas duas primeiras semanas de 2024 foi mais do que o dobro do registrado no mesmo período do ano passado, segundo dados do Ministério da Saúde publicados pelo G1 (20/1). Foram 55,8 mil casos prováveis. Seis pessoas morreram por complicações da doença. A projeção para 2024 não é das melhores e o número de casos deve variar entre 1,7 milhão até 5 milhões, com uma média de 3 milhões. As previsões foram feitas em uma parceria entre a pasta e o InfoDengue, da Fiocruz.

INVISTA NA PREVENÇÃO

- Evite deixar água parada, que é o principal foco do mosquito
- Que tal limpar caixas d'água com mais frequência?
- Deixe reservatórios e qualquer local que possa acumular água bem cobertos com telas, capas ou tampas
- Use repelente e proteja braços e pernas
- Instale mosquiteiros e telas de proteção

Política de emprego e renda para quem vive na rua

Incentivos à geração de emprego e contratação de pessoas, qualificação profissional, elevação da escolaridade e acesso facilitado à renda. Estes são alguns dos princípios e diretrizes da recém-sancionada Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). A Lei 14.821 deve ser implementada de forma descentralizada, com articulação entre União, estados e municípios que optarem por aderir, como destacou texto da Mídia Ninja (19/1).

A PNTC PopRua prevê a criação de Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua), com oferta de orientação profissional e intermediação na inserção no mercado de trabalho; o Programa Selo Amigo PopRua, com incentivos às ações afirmativas da iniciativa privada de contratação de pessoas em situação de rua; obriga os entes federativos a implementarem incubadoras sociais e promoverem projetos de inclusão de catadores de materiais recicláveis, além de incentivar artistas em situação de rua.

A nova legislação prevê a inclusão de adolescentes e jovens em situação de rua nos programas de aprendizagem e qualificação profissional, ofertando incentivos (bolsas QualisRua) para garantir acesso e permanência de trabalhadores e estudantes nos cursos de qualificação profissional e elevação de escolaridade. A PNTC, no entanto, não impede o acesso a outros programas de transferência de renda.



“Se essas determinações se concretizarem, certamente teremos avanços significativos porque, além da bolsa, há também a possibilidade de contratação público-privado para e com a População em Situação de Rua e, com isso, as reais oportunidades de saída das ruas”

Comentou Vanilson Torres, conselheiro de saúde e coordenador do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) à agência de notícias Saiba Mais (18/1).

Doenças do trabalho

Após 24 anos, o Ministério da Saúde (MS) lançou uma portaria que atualiza a lista de doenças relacionadas ao trabalho. Em relação à primeira catalogação, o número aumentou de 182 para 347 enfermidades. A atualização inclui transtornos mentais, ansiedade, depressão, abuso de drogas, burnout, tentativas de suicídio, todas em decorrência do estresse provocado pelo trabalho, e covid-19 (considerando os casos de transmissão no ambiente de trabalho). Veja a lista completa em: <https://bit.ly/doencasdotrabalho>



Para permanecer no ensino médio

Com o objetivo de incentivar a permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio, o presidente Lula sancionou (17/1) lei que destina um pagamento mensal aos estudantes e uma poupança, cujo saldo poderá ser sacado após a conclusão deste ciclo escolar. Ainda não foram divulgados valores, mas a expectativa do Executivo é de que os pagamentos comecem em março. Intitulado Pé-de-meia, o programa deve beneficiar 2,5 milhões de estudantes.

Segundo o Ministério da Educação, 8,8% dos alunos evadem no primeiro ano do ensino médio. Com o programa, haverá o financiamento dos recursos mensais e, no final do ano, os estudantes contarão com uma bonificação com o objetivo de incentivar a matrícula para o ano seguinte. Os estudantes que reprovarem perderão apenas o depósito anual.

Absorvente gratuito via Farmácia Popular

A população em vulnerabilidade social agora passa a ter acesso gratuito a absorventes, por meio do programa Farmácia Popular. A ideia é beneficiar 29 milhões de pessoas que menstruam, com o objetivo de combater a pobreza menstrual no país.

Mulheres brasileiras e estrangeiras entre 10 e 49 anos que se enquadram no critério de vulnerabilidade têm direito ao benefício, entre elas aquelas com renda familiar mensal de até 218 reais por pessoa e estudantes inscritas no Cadastro Único com renda de até meio salário-mínimo por pessoa. Para quem está em situação de rua, não há limite de renda.

Essa é uma nova etapa do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual iniciada em 2023 e promovida pelo Governo Federal. Em nota, o Ministério da Saúde destacou a importância da ação em um país onde 1 a cada quatro meninas falta à escola durante o período menstrual e cerca de 4 milhões sofrem com privação de higiene no ambiente escolar.



PEXELS

Brasil, país transfóbico

O Brasil é o país mais transfóbico do mundo. É o que mostra um relatório divulgado (20/1) pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), organização não governamental que há 44 anos coleta dados sobre essa população.

Em 2023, 257 pessoas LGBTQIAP+ foram vítimas de mortes violentas. Isso corresponde a uma vítima a cada 34 horas. Do total de mortes registradas pela instituição, 127 se referiam a pessoas travestis e transgêneros, 118 eram gays, nove foram identificadas como lésbicas e três, como bissexuais.

Marsha nas ruas

Vinte e oito de janeiro, 20 anos do Dia da Visibilidade Trans no Brasil. Para comemorar e reafirmar o compromisso com a luta, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) organizou em Brasília a primeira “Marsha” Trans do Brasil. O evento, que contou com o apoio de mais de 40 instituições, ocupou as ruas próximas ao centro do poder da capital e conduziu uma multidão em direção ao Museu Nacional da República. Na pauta dos manifestantes, o direito à educação, à saúde pública, à segurança e à memória, além de acesso à Justiça e críticas ao novo RG, que reforça violências contra pessoas trans.

A mobilização teve como madrinhas as parlamentares Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), primeiras deputadas federais trans do Brasil, e recebeu a grafia em homenagem à ativista Marsha P. Johnson, ativista trans negra, artista e profissional do sexo, que foi uma das figuras mais proeminentes do movimento pelos direitos LGBTQIAP+ nas décadas de 1960 e 1970, em Nova York.



TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL



■ **HÁ 3 ANOS...** Foi num domingo que a vacina contra a covid finalmente chegou ao país. Após aprovação do uso emergencial da Coronavac pela Anvisa, a enfermeira Mônica Calazans foi a primeira pessoa a ser vacinada no Brasil. “Falo com segurança e propriedade, não tenham medo”, disse quando era imunizada com a primeira dose. Era 17 de janeiro de 2021. Três anos depois, a imunização contra a doença passou a ser incluída no Calendário Nacional de Vacinação. A prioridade é para crianças de 6 meses a menores de 5 anos e os grupos com maior risco de desenvolver as formas graves da covid.



Desinformação, perigo!

Ano novo, preocupações já conhecidas. De acordo com relatório publicado (10/1) pelo Fórum Econômico Mundial, a disseminação de desinformação é considerada o segundo maior risco para a estabilidade global em 2024. O primeiro lugar é ocupado pela crise climática ou condições climáticas extremas. De olho na propagação de informações falsas e imprecisas, a pesquisa confere atenção especial ao uso cada vez mais generalizado das ferramentas de Inteligência Artificial (IA). Ou seja, um movimento em cadeia acontece: a proliferação de conteúdos manipulados e falsos gera maior desconfiança na mídia e suas fontes; essa descrença instiga polarização ideológica e conflitos civis, que, por sua vez, desestabilizam processos eleitorais e a legitimidade de governos eleitos, aponta o estudo.

CINCO RISCOS PARA 2024

Climas extremos

Desinformação

Polarização política e/ou social

Crise do custo de vida

Ataques cibernéticos

Fonte: Fórum Econômico Mundial - Global Risks Report 2024

Julieta, a bicicleta e o feminicídio

No país que ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o assassinato brutal de Julieta Hernández no estado do Amazonas foi mais um duro golpe neste início de 2024.

A multiartista venezuelana de 38 anos, também conhecida como palhaça Jujuba, que viajava sozinha de bicicleta pelo Brasil quando foi morta, estava desaparecida desde a véspera de Natal. Seu corpo foi encontrado em 6 de janeiro e, desde então, centenas de manifestantes tomaram as ruas para homenageá-la ao mesmo tempo em que denunciavam o machismo estrutural e a violência contra a mulher que se perpetua em números assustadores.

Segundo dados do Monitor da Violência, entre 2017 e 2022, os casos de feminicídio aumentaram 37% no Brasil. Somente no primeiro semestre de 2023, de acordo com levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 722 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Durante um ato no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), Máira Machado, do grupo internacional de mulheres Pão e Rosas, destacou que “o feminicídio é o último elo numa enorme cadeia de violência contra as mulheres”. Sobre Julieta, Máira disse à Agência Brasil (12/1): “Ela era mulher, viajante, imigrante, livre, e foi morta por ser mulher, foi morta por querer viver. Nós estamos em um dos piores países do mundo para se nascer mulher”.

O movimento de revolta contra a barbárie que tirou a vida de Julieta ganhou força nas ruas com bicicletadas que reuniram ciclistas e não-ciclistas. Também tomou conta das redes sociais, com a hashtag #JustiçaParaJulieta sendo compartilhada por milhares de usuários em todo o continente. A imprensa seguiu por dias repercutindo o caso.

A colunista do Nexô, Adriana Ferreira da Silva, escreveu (11/1): “Seja lá onde for, o espaço público é interditado às mulheres. Corremos riscos em todo o canto, em qualquer horário, usando minissaia ou cobertas por uma burca da cabeça aos pés”.

Para a diretora executiva da Agência Pública, Marina Amaral, a vida de Miss Jujuba é um símbolo e seu assassinato tem de ser um novo marco na luta pelo direito das mulheres no Brasil. “Não ficaremos em casa. Não viveremos dentro de limites preestabelecidos”, registrou em sua coluna (13/1).



Julieta, presente!

A venezuelana Julieta Hernández Martínez chegou ao Brasil em 2015. No Rio de Janeiro, estudou no Centro de Teatro do Oprimido (CTO) e na Escola Livre de Palhaços (Eslipa). Conhecida como palhaça Jujuba, também fazia parte do grupo do “Pé Vermêi”, formado por artistas e ciclovijantes. Tinha decidido voltar ao país de origem para rever a mãe. Foi morta (24/12) nesse trajeto, durante sua passagem pelo município de Presidente Figueiredo, a 126 quilômetros de Manaus. O corpo de Julieta e partes da bicicleta que ela utilizava foram encontrados na sexta-feira (5/1), nas proximidades de um refúgio onde estava hospedada. A artista foi vítima de violência sexual, roubo e agressões antes de ser assassinada. Ela havia comprado leite para os filhos do casal que a matou.

722 MULHERES

FORAM VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL
APENAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023
NO MESMO PERÍODO, FORAM REGISTRADOS

34.428 CASOS

DE ESTUPRO E ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública



Tratamento digno e cuidado em liberdade revelam novas possibilidades para pessoas com transtornos mentais e em reabilitação do abuso de álcool e drogas

ARTE ADAPTADA DA ILUSTRAÇÃO DE VALENTINA FRAIZ (@ESTUDIOANEMONA).



Em tratamento para esquizofrenia há mais de 20 anos, Evani passou por seis internações psiquiátricas compulsórias que lhe deixaram marcas no corpo e na alma. Kleidson teve uma infância difícil, sofreu abusos e negligências, que mais tarde refletiram em seus relacionamentos e culminaram em seis anos vivendo pelas ruas. Vanete tinha onde morar. Mas em uma difícil decisão, teve que renunciar ao seu teto e passou uma década sem endereço fixo. Foi quando passou a ser usuária de álcool e drogas.

Três histórias que se revelaram em momentos distintos da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio (5ª CNSM), realizada em Brasília, de 11 a 14 de dezembro de 2023, e que se encontram nas páginas de *Radis*. Três trajetórias de luta, cada qual a seu modo, que demonstram na prática a importância do cuidado em liberdade na saúde mental e o poder transformador de estratégias no Sistema Único de Saúde (SUS), como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), para a recuperação dessas e de tantas outras vidas.

Os três personagens reais dessa história marcaram presença na 5ª CNSM, deixaram seus recados junto aos mais de 2,2 mil participantes e traduzem de maneira inequívoca a importância dos principais objetivos da Conferência: o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) e da política nacional de saúde mental.

Negligenciada desde 2016, a política de saúde mental praticamente se resumiu nesses últimos anos ao financiamento de instituições de isolamento e com viés religioso (evangélico), as chamadas comunidades terapêuticas (CT). Incentivadas especialmente pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que logo no primeiro ano de seu mandato elevou o orçamento destinado a essas entidades em quase 170%. Entre as críticas, as CT são tidas por defensores dos direitos humanos e integrantes da Reforma Psiquiátrica como “novos manicômios” (*Radis* 220).

Os métodos adotados nessas instituições têm sido frequentemente questionados e denunciados pela imprensa e movimentos sociais voltados à luta antimanicomial em relação a violações de direitos e até mesmo morte de internos. Não por acaso, foram justamente elas os principais alvos de protestos durante os quatro dias da 5ª CNSM, sob gritos de “Fora CT” entoados em diversas ocasiões. Vanete denuncia que essas instituições não têm nada a oferecer em suas internações: “A não ser aleluia e oração”, crítica, em referência à falta de cuidado especializado nas unidades.

“Essas comunidades nem são comunitárias nem terapêuticas”, alertou a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) no discurso de relançamento da Frente Parlamentar Mista pela Reforma Psiquiátrica e Defesa da Luta Antimanicomial. Uma das primeiras privações impostas pelas CTs é justamente a da liberdade. Direito humano e requisito fundamental para o tratamento psíquico, como destacou a diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outros Drogas, Sônia Barros, em sua fala na primeira mesa da 5ª CNSM [Leia a entrevista no site de *Radis*]

Foi em busca dessa liberdade e de um tratamento humanizado, digno e eficaz que Evani, Kleidson e Vanete mudaram o rumo de suas jornadas. Mas até encontrarem com siglas poderosas — como o SUS, a Raps e o Caps — a vida dos três não foi nada fácil.

EVANI E A REDESCOBERTA DA LIBERDADE

Evani Cristina Teixeira tem 45 anos, nasceu e cresceu em São João Evangelista, município no interior de Minas Gerais. Hoje usuária do Caps, ela conta que teve uma infância feliz, até seus 11 anos, ao lado dos pais e de seus 11 irmãos. Mais tarde, mudaria de endereço algumas vezes, passando por outras cidades de Minas e até mesmo trocando de estado: morou um tempo em São Paulo, mas diz não ter se adaptado e retornado ao berço mineiro.

Até 2001, por volta de seus 23 anos, residia em Ipatinga (MG), onde trabalhava como técnica em nutrição em um restaurante industrial, no Vale do Aço. Foi nessa época que recebeu o diagnóstico psiquiátrico de esquizofrenia — um transtorno que, de acordo com ela, também foi identificado em um tio e um de seus irmãos. O acompanhamento médico envolvia muitas medicações. Mais do que se pode contar nos dedos das mãos: “Uns 12 ou 13”, pelo que se recorda.

Evani conta que passou a ter dificuldades em se alimentar e a apresentar outros distúrbios e sofrimentos. Sem muitos esclarecimentos da família à época, logo viriam as internações em hospitais e clínicas psiquiátricas. Ela contabiliza seis, com duração aproximada de um mês cada, em três instituições diferentes. Todas particulares. E quase sempre com um roteiro parecido: “No início até era bom, mas depois ia piorando”, revela.

Conforme seus relatos e lembranças, as internações começaram naquele mesmo ano, em 2001, justamente quando foi promulgada a Lei nº 10.216/2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Apesar da legislação, levou-se um tempo para que os manicômios fossem desativados e ainda hoje há hospitais psiquiátricos que atuam nos moldes dos antigos hospícios. Além, claro, das próprias comunidades terapêuticas e seus métodos controversos.

Foi durante essas internações que Evani percebeu o que mais sentia falta: a liberdade. Em uma das primeiras internações, descobriu que estava grávida. Em conversa com *Radis*, ela recorda um episódio marcante, em um momento de desespero,



vivenciado no quinto mês de gestação. Certo dia, ao avistar um vitrô entreaberto, ela se aproveitou de uma distração dos médicos e enfermeiros que a desataram da cama em que era mantida presa, correu e se lançou do segundo andar do prédio pela fresta.

Evani levanta a barra de sua calça jeans e mostra a cicatriz dos pontos que recebeu no joelho direito, como uma marca do episódio. “Eu não pulei para me suicidar, eu queria a liberdade”, explica. “Eu queria fugir. Dormia amarrada, braço, perna, barriga, tudo amarrado”. Ela revela ainda que, apesar da queda, não perdeu seu bebê: “Ele estava chupando o dedinho no exame de ultrassom”.

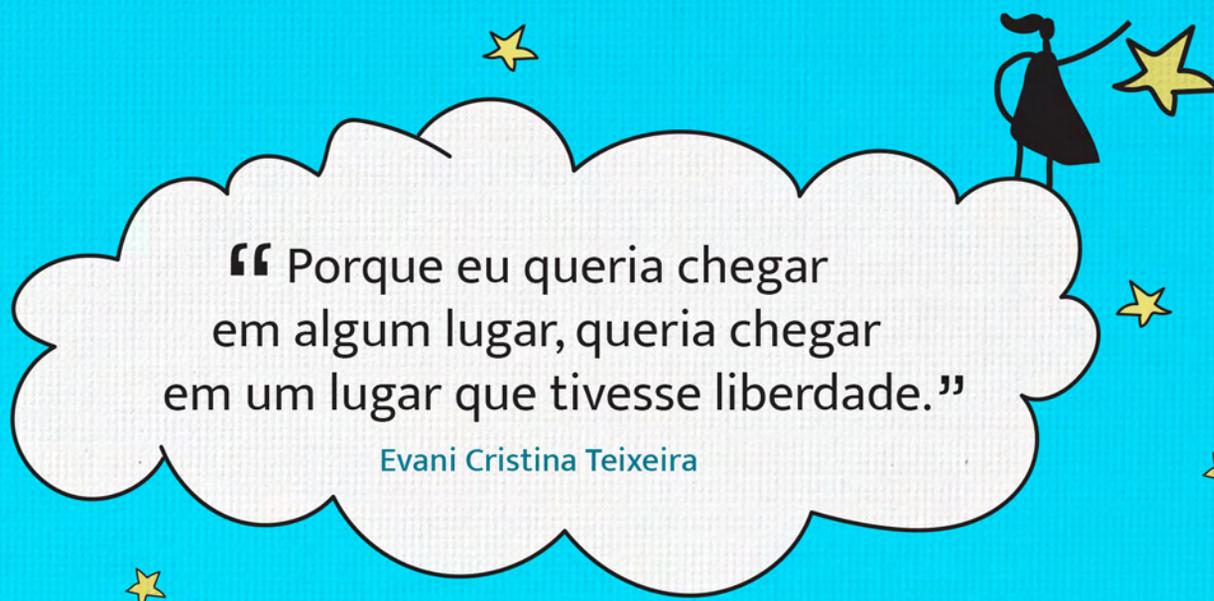
Samuel Henrique nasceu após os 9 meses de gestação, mas faleceu duas horas após o nascimento, segundo Evani, devido a complicações por conta das fortes medicações que ela tomava. Hoje, Samuel vive em sua memória, no seu coração e em seus poemas, como fonte de inspiração.

SUJEITOS CAPAZES

Evani não se deixou resumir a uma condição médica e encontrou apoio para perseguir seus sonhos. Em conversa com *Radis*, Cristiane Stracke, médica psiquiatra e coordenadora da Atenção à Saúde Mental de Porto Alegre (RS), que também participou da 5ª CNSM,

abordou esse tema da capacidade produtiva de pessoas em acompanhamento psiquiátrico em seu município.

A prefeitura da capital gaúcha mantém há 20 anos uma oficina de geração de renda intitulada Geração POA. Os oficinheiros, como são chamados os frequentadores do espaço, desenvolvem atividades artísticas como parte do tratamento. “A ideia da iniciativa é tirar um pouco do estigma de que essas pessoas são improdutivas. Muito



“ Porque eu queria chegar
em algum lugar, queria chegar
em um lugar que tivesse liberdade.”

Evani Cristina Teixeira

DA TORTURA AO CAPS

Foi no Caps que a vida de Evani mudou. Mas até chegar lá, ela vivenciou traumas em internações que ainda carrega consigo. À *Radis*, ela conta ter levado chineladas no rosto de uma faxineira, uma enfermeira e duas outras pacientes, em uma antiga clínica, hoje desativada, em Barbacena (MG). “Lembro que gritava por socorro, até que chegou uma enfermeira que era boa e mandou elas pararem com aquilo”.

Em outra situação, em que estava amarrada e deitada em um dos cantos do quarto, conseguiu arrastar a cama com o impulso do próprio corpo até a porta. “Porque eu queria chegar em algum lugar, queria chegar em um lugar que tivesse liberdade”, afirma.

Evani diz ter encontrado finalmente a tão sonhada liberdade no Caps de Ouro Branco (MG), cidade onde vive há mais de 20 anos. Após o tempo de sofrimento, foi levada a uma unidade do serviço de atenção à saúde mental do SUS por uma de suas irmãs – a quem chama de Dórinha. “Ela não sabia mais o que fazer comigo, porque eu já tinha saído da clínica e precisava ficar em algum lugar, porque ela trabalhava”. Evani passou a frequentar a unidade de sua cidade, onde se tornou um símbolo da luta antimanicomial. O envolvimento de familiares nos tratamentos é outro aspecto fundamental da Rede de Atenção Psicossocial e foi abordado durante as discussões da 5ª CNSM.

“No Caps, eu falei: ‘Meu sonho é escrever um livro’”, conta, recordando que uma terapeuta chamada Gisele se dispôs a ajudá-la nesse intuito. Foi ela que digitou as poesias ditadas

por Evani e publicadas em seu primeiro livro. Evani passou a se expressar por meio da arte e não parou mais. Hoje é poetisa, escritora e compositora. Já escreveu e publicou de forma independente dez livros e, graças à sua produção literária, desde maio de 2022 ocupa a cadeira de número 21 da Academia de Ciências e Letras de Ouro Branco (Aclob). Tudo isso sendo assistida em liberdade.

Nas internações, ela lembra de que não tinha a seu dispor sequer uma folha para desenhar. Hoje, entende que a arte é a melhor forma de terapia. “Amo escrever, é a minha vida”. Do Caps, diz só ter memórias agradáveis e conta boas histórias: “Eu agradeço a todos de lá. Uma vez fiz um bolo desse tamanho assim (abrindo os braços) e uma torta de peito de frango e chamei todo mundo para tomar café lá em casa. Fiz um pudim de pão grandão, aí foram os psiquiatras, os psicólogos, as enfermeiras, todo mundo foi tomar café lá em casa, a kombi encheu”, relembra.

Evani orgulha-se de sua trajetória: “Já sai em outdoor, todo mundo na minha cidade me conhece”, diz, referindo-se a uma campanha em que foi fotografada, no Dia de Luta Antimanicomial (18/10), em Ouro Branco. Após tantas batalhas, ela diz que aprendeu a viver o presente. “A gente não pode deixar o sonho para depois, pois eles podem perder o sentido”, versa, já no fim da entrevista. E brinca: “Gostei disso, acho que vou escrever”.



pelo contrário, a gente estimula essa produção e várias já saíram inclusive da nossa oficina e foram desenvolver suas habilidades e ter sua própria renda, com resultados excelentes”, afirma Cristiane, lembrando ainda que esse serviço integra as ações previstas na Raps.

A 5ª CNSM reservou um espaço para o funcionamento de uma Feira de Economia Solidária. No local, diversos usuários e equipes multidisciplinares de Caps

de diversas partes do Brasil expuseram e comercializaram os trabalhos que realizam, desenvolvendo as mais diversas habilidades de artesanato. Desde a confecção de panos de prato, bolsas, pulseiras e camisas até a arte em pirografia, que consiste em uma técnica de desenho em madeira com uma ponta de metal aquecida, como a que é desenvolvida por usuários do Caps de Ji-Paraná, em Rondônia.



KLEIDSON, UM SOBREVIVENTE

Kleidson de Oliveira Beserra mora em Sobradinho (DF) e integra o Movimento Nacional da População de Rua. Durante seis anos, ele viveu em situação de rua, após sair de casa muito cedo por causa de um abuso e se envolver com álcool e drogas. Diferente de Evani, ele não guarda boas lembranças da infância: “Não tive o direito de ser criança”.

Nascido em 1º de janeiro de 1978, foi o primeiro filho de sua mãe, que havia se mudado para o Distrito Federal para estudar. Kleidson foi levado para ser criado com o avô materno, no Maranhão. Quando tinha 8 anos, seu avô faleceu e ele voltou a ser cuidado pela mãe, mas a aproximação gerou problemas e traumas, por conta de alguns relacionamentos.

Foi a partir de uma denúncia negligenciada por sua mãe que Kleidson saiu de casa. “Quando falei para ela que meu padrasto estava com uma ‘sem-vergonhice’, ela não acreditou, levei uma surra, como muitas mães fazem, e depois entendi que isso é um comportamento padrão”, lamenta, em tom de alerta. Dali ele iria embora de casa, ainda criança, para se livrar dos abusos e viver uma vida de sobrevivências. No plural.

Kleidson conta que foi acolhido por parentes, mas logo passou a viver de casa em casa, “aprendendo a sobreviver desde pequeno”. Cresceu já familiarizado com a realidade das ruas e, na juventude, tornou-se usuário abusivo de álcool e drogas. A infância desestruturada rendeu-lhe também dificuldades em seus primeiros relacionamentos. “Trouxe para a vida adulta toda aquela carga de uma infância violenta e de violação de direitos”, descreve.

Visivelmente envergonhado, ele conta à *Radis* as suas inseguranças da época, tendo sido — em suas próprias palavras — “machista, preconceituoso e violento” com a ex-companheira, com quem teve seu primeiro relacionamento duradouro e uma filha, hoje com 23 anos, mas que não acompanhou o crescimento. “Perdi a mãe da minha filha e toda a minha rede de apoio”, narra. “As pessoas me hostilizavam por ser usuário de drogas, estar sem emprego, sempre caindo”. É quando diz que “deu a louca” e resolveu ir para Belo Horizonte, onde começou a viver em situação de rua. Bem longe de olhos conhecidos.

“Quando passei a viver na rua, não queria ficar aqui [no DF] para minha família não ver”, relembra. Até que se cansou do vício das drogas e buscou ajuda, antes do SUS, em uma comunidade terapêutica: a CT Leão de Judá, entre as cidades mineiras de Ipatinga e Coronel Fabriciano. “Passei 18 dias lá para nunca mais”.

Ele conta que passou a ser coagido a trabalhos forçados e depois foi levado para uma obra na casa do pastor, líder da comunidade. Em ambas as ocasiões, diz ter perguntado se haveria pagamento de diárias. Após receber respostas negativas, recusou-se a executar os serviços, entrando em rota de tensão com a liderança do local.

Kleidson conta que o pastor dizia que ele teria que permanecer internado por no mínimo nove meses e que ali “ninguém ficava à toa”. A situação piorava conforme também



Kleidson se tornou pai novamente durante a 5ª CNSM, no dia em que foi entrevistado por *Radis*

ACERVO PESSOAL

se recusava a participar dos cultos noturnos. Até que veio a fuga. “Quando eles deram um vacilo, consegui fugir. Depois disso, nunca mais confiei numa kombi de igreja”, afirma.

UM DIA PARA VIVER

Antes de buscar ajuda na CT, Kleidson quase perdeu a vida por conta de uma dívida com um traficante. Conta que apanhou do bando e teve uma parte do dedo decepada, mas ainda assim conseguiu fugir a nado pelo ribeirão Arrudas, na região metropolitana de Belo Horizonte. Após escapar dos criminosos que o perseguiram, passou pela segunda vez por uma quase morte: tentou tirar a própria vida ao entrar na frente de um caminhão. O condutor conseguiu desviar e evitar o atropelamento, mas num misto de susto e indignação, desceu da boleia e o agrediu. Aquele não era um dia para morrer. “O caminhoneiro me deu uma surra com ripas de madeira e na hora pensei: nem pra morrer eu dou sorte”.

Pouco depois desses acontecimentos, Kleidson ouviu falar no Centro Especializado de Referência em Saúde Mental (Cersam), a estratégia de atenção psicossocial do município de Belo Horizonte. As consultas no Caps o sustentaram “sem remédio”, enfatiza. Conseguiu ficar 30 dias sem usar “a porcaria da pedra”, como se refere ao crack.

Foram então 30 dias vigiando carros na rua e juntando dinheiro. “Sem o uso do crack, com a oxigenação do cérebro, você volta a ter sonhos. Em três dias sem usar nada, o indivíduo já passa a querer trabalhar, passa a ter sonho e fica inquieto, ansioso”, descreve. Essa é a hora de ter cuidado. “Então o Caps me ajudou a controlar a ansiedade e consegui manter esses 30 dias”, diz.

“ Já sonhei muito,
agora tenho metas
para cumprir.”

Kleidson de Oliveira Beserra

SUJEITOS POLÍTICOS

A maior parte dos protestos durante a 5ª CNSM se voltaram para o tema das comunidades terapêuticas. E mais especificamente, contra o financiamento público dessas instituições, que foram incluídas na estratégia de saúde pública para reabilitação de usuários de álcool e outras drogas no governo Dilma, em 2011, e foram incentivadas nos governos Temer e Bolsonaro. Agora, mesmo com o novo mandato de Lula, ainda há destinação de recursos para essas iniciativas, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, ressaltou à *Radis* que as reivindicações feitas na Conferência já vinham sendo abordadas pelo próprio Conselho e sinalizou a importância desse posicionamento. “Várias questões ligadas principalmente à contrariedade nossa, reafirmada por várias vezes em recomendações do Conselho, pelo fim do financiamento público das comunidades terapêuticas, a defesa do cuidado em liberdade, o fortalecimento cada vez maior da participação das pessoas usuárias e seus familiares, estiveram presentes nesta grande conferência nacional de saúde mental”, declarou.

Com o apoio psicológico e o auxílio recebido pela política de acolhimento do Caps, Kleidson conta que começou a se reerguer. Usou o dinheiro que havia acumulado para o pagamento de dívidas. Com o que recebeu por outros serviços, comprou uma moto e iniciou sua própria estratégia de recuperação: “Pensei, agora eu vou me mandar daqui, senão vou recair”. Equipou-se e passou a viajar sobre duas rodas.

Cruzou o Brasil do Sul ao Nordeste, até que decidiu voltar para Minas Gerais e no retorno acidentou-se passando por Sobradinho, onde mora até hoje. Durante a recuperação, recebeu uma oferta de emprego da pessoa que o socorreu na estrada. Enquanto aguardava melhora para poder aceitar a proposta, voltou a viver mais um tempo nas ruas, quando conheceu sua atual companheira, que morava na região. E encontrou naquela relação mais um motivo para recomeçar.

A VIDA APÓS O CAPS

Foi quando Kleidson chegou ao Caps do Guará, no DF, onde totalizou seis anos de acompanhamento. Ele conta que a estratégia de cuidado foi fundamental para a sua recuperação. “Na redução de danos, voltei a usar maconha para conseguir ficar longe do crack”, revela, abordando um dos temas presentes na 5ª CNSM.

No Caps, ele diz ter reaprendido a viver em sociedade. Falou também sobre a importância do cuidado com equipes multidisciplinares, profissionais capacitados e técnicas eficazes. O que não ocorre nas comunidades terapêuticas, onde normalmente os internos mais antigos acompanham os novos pacientes e o tratamento ofertado consiste basicamente em imposição religiosa. “As pessoas acabam levando para o lado místico, o que dificulta o cuidado desses indivíduos”, pontua.

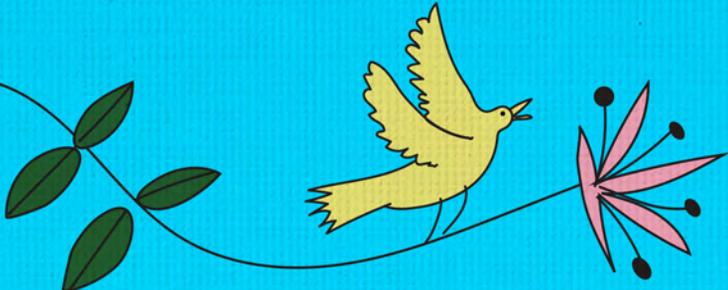
Além de cuidar da saúde mental, ele resalta que recebeu ajuda no Caps para concluir o ensino fundamental e médio, além de uma oportunidade de emprego. Integrado àquela rotina, Kleidson — que já estava acostumado a batalhar pela vida — viu-se também envolvido na luta por direitos sociais quando as políticas de desfinanciamento e desmonte da saúde mental foram implementadas nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, especialmente com a política

antidrogas do então ministro das Cidades de Bolsonaro, Osmar Terra.

Hoje, ele é conselheiro de saúde no DF, integra a coordenação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), é vice-presidente do Coletivo de Luta Antimanicomial (CLAM), faz parte da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), dentre outros movimentos. Ele busca a oportunidade de cursar psicologia para, em suas palavras, retribuir um pouco do muito que fizeram por ele. “Eu assumi o controle da minha vida”, orgulha-se.

E a vida, recentemente, deu a ele um presente. Na madrugada daquele 13 de dezembro de 2023, horas antes de nossa entrevista, nascia a alguns quilômetros do Centro Internacional de Convenções do Brasil — onde ocorreu a 5ª CNSM — Kleidson Matheus, medindo 46 centímetros e pesando 2,405 quilos. Kleidson Oliveira virou pai novamente. De seu primeiro menino. E como ele mesmo disse à reportagem: “O primeiro que fui sujeito homem e acompanhei tudo de perto, até o nascimento”.

Hoje, ele se arrepende dos rumos do passado, diz ter contato com a primeira filha, já adulta, mas vê também em seu caçula uma chance de recomeçar. Chance de poder ser pai. Antes de retornar à maternidade, Kleidson responde à pergunta sobre o que almeja para o futuro. “Quero ser presidente do Brasil. Se não, pelo menos governador do DF”, diz, sem hesitar. “Estou falando sério. Não é sonho, é uma meta. Já sonhei muito, agora tenho metas para cumprir”, conclui.



VANETE: UMA DÉCADA NAS RUAS

Vanete Resende conheceu o vício em álcool e drogas quando passou a viver em situação de rua, por volta de seus 30 anos. Hoje, aos 55 anos, ela coordena a comissão dos usuários de saúde mental do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia e preside a Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental em Goiás (Aussm-GO). Frequenta um Caps AD III (álcool e drogas, com funcionamento de 24 horas) e esteve na 5ª CNSM como delegada pelo segmento de usuários.

Nas ruas, ela viveu por uma década. Por mais incrível que pareça, o que a levou para lá foi um gesto altruísta, uma difícil decisão de uma mãe que não tinha escolha a não ser seguir o próprio coração. Ela tinha um teto, morava em um quarto na casa de sua mãe, mas cedeu o cômodo à filha quando o genro ficou desempregado e ambos ficaram desabrigados. Não vendo saída e sem condições de acolher a todos naquele cômodo, Vanete decidiu que sairia.

“Ela tinha uma criança pequena e dei meu quarto para eles morarem”, recorda. “Fui pra rua por amor à minha filha. Foi quando começou meu sofrimento”, relembra. “Tudo o que não presta, as pessoas te oferecem. É complicado viver em situação de rua. E lá eu viciiei no álcool e na droga”.

Vanete conta que, se você “entra no poço” acompanhado, muitas vezes precisa sair dele sozinho: “Meu primeiro passo foi deixar o marido. Daí fui deixando também de beber e largando o vício. A primeira coisa foi me afastar de pessoas que me faziam mal”, conta. Depois disso, ao decidir de fato buscar ajuda, encontrou no Caps a acolhida que precisava para se levantar e passou a ser usuária do serviço desde 2017.



SAIBA O QUE É A RAPS (REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL)

A Rede de Atenção Psicossocial (Raps) é constituída por um conjunto articulado de diferentes pontos de atenção à saúde, com a proposta de acolher pessoas com sofrimento psíquico e necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do SUS. A assistência em saúde mental no Brasil envolve municípios, estados e governo federal. No Ministério da Saúde, a gestão cabe ao Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Desmad), vinculado à Secretaria da Atenção Especializada. As ações intersetoriais buscam garantir a integralidade do cuidado.

Além dos Caps, as Unidades Básicas de Saúde da Estratégia de Saúde da Família e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) são as principais portas de entradas desses usuários no sistema de atenção psicossocial. A Raps abrange ainda Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Programa de Volta para Casa (PVC), Centro de Convivência e Cultura, Unidades de Acolhimento (UA). Está integrada ainda a serviços de atendimento, como hospitais gerais e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

■ Saiba mais em: <https://bit.ly/saudementalraps>.



CAPS EM NÚMEROS:

2.886 unidades de Caps estavam habilitadas para funcionamento no início de 2024

Fonte: Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Desmad)

PELO FORTALECIMENTO DOS CAPS

“O adicto não precisa só de medicação, mas de carinho e atenção. O Caps é a porta que nos faz sentir bem e voltar a ser ‘alguém’”, afirma. Vanete conta que passava os dias no Caps e ia embora à noite, quando a unidade fechava. No outro dia, estava lá novamente. “Lá eu dormia e descansava, mas aprendi muitas coisas boas, como a lutar pela saúde mental”. Hoje ela afirma que o Caps é “sua casa e sua família”.

Para Vanete, além de ofertar atividades terapêuticas e o cuidado aos assistidos, o Caps devolve a cidadania às pessoas. “O Caps me ensinou a ir ao teatro, a cuidar de outras pessoas com o mesmo problema que tive no passado, a lutar e resistir em voltar para a rua. Tem que lutar contra o vício todo dia. A gente vai lembrando do sofrimento lá atrás e recebe o apoio dos referentes do Caps [profissionais dedicados ao acompanhamento individual de pacientes]”, descreve.

Na 5ª CNSM, Vanete cobrou e defendeu mais apoio e investimento aos Caps com recursos que têm sido empregados em comunidades terapêuticas (assista ao vídeo publicado no Instagram de *Radis* - @radisfiocruz). Na entrevista, ela relatou algumas dificuldades enfrentadas em sua cidade de origem, a capital goiana: “A maioria dos Caps lá em Goiânia são alugados. Só dois possuem sede própria”, disse, ressaltando o problema de incertezas quanto à localização e ao funcionamento da sede para os usuários.

“Ficamos quase um ano sem lanche num Caps de interação”, contou, referindo-se ao Caps AD III do Ipê, o qual frequente, cobrando, por fim, a ampliação das unidades. “Em Goiás tem lugar que não tem Caps. Goiânia mesmo, na Região Norte, precisa de um”, defendeu.



AINDA EM BUSCA DE UM LAR

Vanilson Torres, conselheiro nacional de saúde e liderança do MNPR, conversou com *Radis* e falou sobre ações necessárias para o cuidado em saúde mental de pessoas em situação de rua, como foi o caso de Vanete. Para ele, é preciso garantir políticas públicas estruturantes, como a expansão da Raps. “Trazer para o foco central a moradia digna como um direito, além de trabalho, emprego e renda e o cuidado em liberdade”, afirmou. “Para termos saúde mental garantida, inclusive em meio e no pós pandemia, precisamos que o artigo 6º da Constituição [dos direitos sociais] seja para todas, todos e todes. Que assegure os direitos lá escritos, mas ainda não foram garantidos”.

Atualmente, Vanete ainda sonha com seu lar. Nem mesmo o Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2009 e que já subsidiou 1,5 milhões de casas, além de ter financiado outras 5,8 milhões de unidades residenciais por meio do FGTS, foi capaz de contemplá-la. “Casa eu ainda não tenho, fiz inscrição no Minha Casa Minha Vida, mas nunca ganhei uma”, revela. “Moradia mesmo só está na promessa, até hoje. Todo ano eu renovo [a inscrição no programa], mas nunca me chamaram para me dar um cantinho para morar”, desabafa.

O MCMV foi retomado pelo governo federal em fevereiro de 2023, com a meta de entregar mais 2 milhões de moradias até 2026. Embora não tenha ainda um lar para chamar de seu, Vanete hoje tem abrigo. Ela mora provisoriamente em um alojamento do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Único de Saúde de Goiás (Sindsaúde-GO). “Eles queriam me levar para um assentamento, mas me abrigaram lá”. Desse abrigo, espera só sair para sua própria casa, quando finalmente conseguir ser contemplada pela política pública de habitação. 

SAIBA MAIS

Após 13 anos de espera, Fernando Pigatto, presidente do CNS, resumiu o sentimento de finalmente voltar a realizar uma conferência nacional de saúde mental: “Esta foi uma conquista do povo brasileiro”. Confira a cobertura completa sobre a 5ª CNSM no site de *Radis*: <https://bit.ly/radisna5cnsn>.





“O Congresso tem uma agenda anti-indígena”

Weibe Tapeba faz balanço de um ano à frente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)

ADRIANO DE LAVOR

Advogado, o cearense Ricardo Weibe Tapeba era, no início de 2023, um dos nomes cotados para assumir o comando do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas. Com a escolha de Sônia Guajajara para o cargo pelo presidente Lula, Weibe foi convidado pela ministra Nísia Trindade para estar à frente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que integra a estrutura do Ministério da Saúde.

Pouco depois de ser nomeado, Weibe já enfrentou seu primeiro desafio, com a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) no território Yanomami. A situação não era fácil. A notícia de que 570 crianças de até cinco anos haviam morrido de causas evitáveis na Terra Indígena Yanomami (TIY), entre 2019 e 2022, circulava em todo o país, que finalmente levava em consideração as denúncias feitas por lideranças da região (Radis 247).

Em entrevista à *Radis*, quase um ano depois, o secretário rememora os bastidores da operação e destaca a complexidade da situação, que ainda hoje faz vítimas em Roraima. Ele reconhece o fato, mas destaca alguns avanços em relação à prestação de serviços de saúde no território indígena, bem como informa algumas mudanças propostas para 2024, entre elas a recuperação da força de trabalho e da infraestrutura, e ainda a criação de um hospital especializado na capital Boa Vista.

Com a experiência de quem coordenou a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (Fepoince), compõe o departamento jurídico da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname) e foi eleito vereador para o segundo mandato pelo município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Weibe também comentou como lida com os desafios, como reestruturar a saúde indígena no país, enfrentar a pauta anti-indígena no Congresso Nacional e propor mudanças para que a saúde indígena se torne efetivamente uma prioridade.

Para isso, ele conta com a experiência de quem vive retomadas desde criança e com a força espiritual e comunitária

que recebeu do pai, o ativista Dourado Tapeba, e da mãe, a agente de saúde Sílvia Tapeba. Um conhecimento ancestral e comprometido, que pretende deixar como legado: “Nossa intenção é que esses conhecimentos sejam perpetuados e repassados para as gerações futuras”.

Após um ano da declaração de emergência sanitária em território Yanomami, denúncias na imprensa e relatos de lideranças apontam que a crise humanitária continua. Como você avalia o trabalho feito até agora?

É preciso reconhecer a importância dessa declaração, a primeira emergência sanitária de importância nacional em território indígena formalizada na história do nosso país. Estamos falando da maior terra indígena do Brasil, com quase 10 milhões de hectares com uma população de 31 mil indígenas, distribuídos em mais de 380 comunidades, o que gera uma dificuldade muito grande na parte logística, na entrada e saída de equipes de saúde. Temos uma limitação de acesso ao território, que se dá 98% pelo modo aéreo. Também estamos falando de uma emergência que foi provocada pela presença do garimpo ilegal no território, que contamina os rios e os peixes com o mercúrio, afasta os animais, provoca a desagregação social, impacta os modos de vida e a capacidade produtiva da comunidade. Além disso, criou-se um cenário favorável para que houvesse um surto de malária, além de fome e desnutrição grave. Foram esses os principais motivos de morte naquele território. Assumimos a gestão da Sesai no começo de janeiro de 2023, e logo na primeira semana de trabalho acionamos uma sala de situação com a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], que havia sido paralisada na gestão passada, quando decidimos encaminhar ao território uma equipe exploratória para fazer um diagnóstico situacional. Antes de voltar, a equipe nos repassou um alerta de muita gravidade no território. A partir dali, levamos ao gabinete da ministra Nísia a seriedade do caso. A ministra decidiu então editar uma portaria instituindo a Espin, quando iniciamos nossas ações no território.

E quais as dificuldades encontradas nesse primeiro ano?

É preciso colocar que a nossa ação é levar saúde para o território indígena. No caso Yanomami, temos um território onde há violência, garimpeiros são investigados por estupro e são foragidos da Justiça. A presença do garimpo é também sinônimo de insegurança, de ameaça contra as comunidades indígenas e contra os agentes públicos, o que inclui os trabalhadores da saúde indígena. De acordo com os relatos de lideranças e trabalhadores da saúde indígena, no início de 2023, havia no território mais de 200 comunidades desassistidas. Com o avanço da desintração do território, conseguimos ampliar nossa capacidade assistencial. Infelizmente o garimpo começou a voltar às áreas que haviam sido desintradas, e o problema da fome, da malária e da desnutrição foi voltando. Só conseguiremos levar assistência à saúde a todo o território quando de fato ele estiver livre do garimpo ilegal.

O que é preciso fazer, neste momento, para restaurar a saúde da população que vive no território Yanomami?

O que temos feito para tirar o povo Yanomami do cenário de desassistência tem sido aumentar nossa capacidade assistencial. Tínhamos oito polos-base fechados; desses oito, conseguimos reabrir sete. A gente tem demandado do Ministério da Defesa e das forças de segurança apoio para reabrir o oitavo e garantir uma rotina de assistência nessas áreas. Conseguimos ampliar de 690 para 960 o número de trabalhadores, profissionais de saúde contratados diretamente pela Sesai, e por parcerias firmadas com a Fiotec, vinculada à Fiocruz. Também há pessoas atuando de forma voluntária no território, ligadas a Unicef, Expedicionários da Saúde e Médicos sem Fronteiras, resultado de articulação institucional da Sesai. Mas só iremos de fato ter condição de restabelecer um modelo de atenção à saúde no território quando reestabelecermos a capacidade produtiva da comunidade. O território vive um conflito armado, com problema de drogas, álcool, estupros e aliciamento. O presidente Lula anunciou recentemente medidas que visam sair do cenário de ações emergenciais para ações mais estruturantes permanentes. Entre elas, estão a implantação de três bases interagentes no território, para garantir mais segurança pública na região.

Como garantir maior resolutividade das ações?

Estamos fazendo um esforço muito grande para garantir a construção do primeiro hospital indígena do Brasil, em Boa Vista. A ideia é ter um hospital de retaguarda para todos os povos indígenas de Roraima. Além disso, também estamos com uma licitação em curso para a reconstrução da nossa Casa de Saúde Indígena (Casai). Um aspecto que gostaria de reforçar é que quando declaramos a emergência sanitária identificamos que a maioria das nossas unidades de saúde não dispunham de infraestrutura básica, de acesso à água potável, à energia elétrica e à internet. Conseguimos, a partir da emergência, fazer um debate público, institucional e interministerial e garantir, com apoio dos ministérios de Minas e Energia, da Saúde e de Telecomunicações, acesso à energia, à água potável e à internet nessas unidades de saúde. Se a gente não tiver uma estrutura básica, nenhum profissional de saúde se sentirá encorajado, atraído ou estimulado a prestar o seu serviço dentro desse território, onde ele vai precisar ficar 15, 30 ou 45 dias seguidos.

“ Só conseguiremos levar assistência à saúde a todo o território quando de fato ele estiver livre do garimpo ilegal. ”

Recentemente o Congresso promulgou a Lei 14.701 [que trata da demarcação das terras indígenas], considerada pelo movimento indígena como a Lei do Genocídio. Como é promover saúde em um contexto tão adverso?

Estamos em um governo composto por uma correlação de forças. Elegemos o presidente Lula, num projeto progressista, mas infelizmente a composição do Congresso Nacional não garante um conforto político para que a gente consiga avançar projetos progressistas, que enxerguem os povos indígenas como prioridade. Ao mesmo tempo em que o governo federal assegura o protagonismo indígena na Sesai, nos seus 34 Dseis e na própria Funai, cria o Ministério dos Povos Indígenas e traz de volta as instâncias de controle social e de gestão participativa, o Congresso tem uma agenda que é anti-indígena. Infelizmente não temos conseguido avançar muito ali com uma agenda de interesse das populações indígenas. Do ponto de vista da base governista, há um esforço para que todos os retrocessos que estão sendo legislados na Câmara dos Deputados e no Senado sejam mitigados. Tanto é que, em relação ao projeto de lei que envolve o Marco Temporal, houve uma disposição do presidente Lula em vetar uma parte desses prejuízos. Havia uma mobilização de grande parte da bancada governista em votar contra a proposta, já que o próprio Supremo Tribunal Federal tinha afastado essa teoria.

Como tornar a saúde indígena uma prioridade?

Há uma disposição do Governo Federal em reconhecer a saúde indígena como prioridade, tanto é que em maio de 2023 fomos à Genebra, na 76ª Assembleia Mundial de Saúde, e conseguimos aprovar uma proposta de resolução, liderada pelo governo brasileiro, reconhecendo a saúde indígena como uma prioridade mundial. A resolução também coloca a saúde indígena como prioridade da Organização Mundial da Saúde. A intenção é que cada país que possua população indígena possa implementar planos nacionais de saúde. O texto contou com a colaboração da Fiocruz, de especialistas e pesquisadores. Nossa intenção é, em 2024, realizar cinco seminários regionais e um nacional, para elaborar uma nova política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas.

Isso é reflexo da presença e do protagonismo indígena nos espaços de gestão da Saúde?

Com certeza! Fizemos um pacto com o presidente Lula, quando ele ainda era candidato, quando dissemos que nosso apoio



Reverter o subfinanciamento da saúde indígena e investir em ações de saneamento básico nos territórios são algumas das prioridades de Weibe na Sesai.

não seria suficiente apenas com o voto, mas que de fato a gente queria incidir na gestão pública. Ele se comprometeu a criar o Ministério dos Povos Indígenas e a reforçar, reestruturar e fortalecer a Sesai e a Funai, colocando gestores indígenas para comandar a política indigenista brasileira. Estamos tentando recuperar estas duas instituições muito importantes: Funai e Sesai, que infelizmente tiveram suas ações fragilizadas e viviam num cenário de subfinanciamento. A gente não pode esquecer que a proposta de Lei Orçamentária aprovada no final de 2022 previa um corte no orçamento da saúde indígena da ordem de 59%. Conseguimos, no período de transição, logo após a eleição, manter os recursos e ter um incremento em 2023 para dar conta da realidade da saúde indígena.

E quais são as perspectivas para 2024?

Para 2024, conseguimos ter um novo incremento de cerca de 900 milhões de reais, além de um financiamento, dentro do Plano de Aceleração do Crescimento, do Proadi-SUS [Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde], do Fundo da Amazônia, do Água para todos. Estamos buscando tirar a saúde indígena do cenário de subfinanciamento. Há também um cenário de passivos na área da estruturação de unidades de saúde, de polos-base, de sedes de Dsei, de alojamentos para profissionais, uma demanda reprimida que a gente precisa dar conta. Também precisamos investir em saneamento básico. Apenas cerca de 20% dos territórios indígenas possuem saneamento básico. Nossa intenção é implementar nos próximos anos um programa nacional de saneamento indígena, que tenha a corresponsabilidade de outros ministérios e de outras instituições, com orçamento e responsabilidades nessa área. Nossa intenção é tirar a Sesai da cultura do isolamento e estabelecer uma relação de cooperação com os demais ministérios, uma relação interfederativa mais próxima que possa atrair novos parceiros e nos ajudar a dar conta desse passivo da saúde.

Qual a principal contribuição que os povos indígenas podem dar para a preservação ambiental e o futuro do planeta?

Os povos indígenas cumprem uma função socioambiental que é milenar, ancestral e atual. Há a consciência de uma relação afetiva com a mãe terra, com o território, os biomas, os

ecossistemas. Nós entendemos que o planeta Terra é uma casa comum e que herdamos esses territórios dos nossos ancestrais e temos que assegurar o futuro das próximas gerações. Temos alertado a sociedade mundial sobre a necessidade de nova dinâmica de relação com a mãe natureza. Hoje temos visto as mudanças climáticas e catástrofes ambientais. Especialistas colocam que isso vai virar um novo normal. Considero muito relativo nos acomodarmos com esse conceito de “novo normal”. O que a gente precisa fazer é insistir em uma nova consciência ambiental, em uma nova relação de desenvolvimento social e econômico que respeite a mãe natureza, seja o mais sustentável possível, emancipando-se inclusive dos combustíveis fósseis e tentando evidentemente superar desigualdades sociais, especialmente nessas regiões muitas vezes vistas somente como áreas para a exploração de recursos naturais.

O senhor é filho de um dos líderes da Apoinme e de uma agente de saúde. Como esses exemplos contribuíram em sua trajetória?

Meu pai é um grande defensor da saúde indígena, ajudou inclusive a criar a Sesai. Ele tem uma trajetória linda, é um conselheiro, uma pessoa que me ajudou a chegar onde estou e que continua ao meu lado, me orientando. Lá no nosso território eu cumpri muitas missões. Com 14 anos de idade, já atuava como professor indígena. Desde criança, participei efetivamente das 36 retomadas realizadas pelo nosso território, que foram fundamentais para assegurarmos áreas para a construção de escolas, unidades de saúde, áreas de plantio, moradias e áreas de lazer, das lagoas, dos riachos, dos campos de futebol. A luta pelo território sempre foi intrínseca à nossa representação política. Aprender a respeitar o território e a relação como a mãe natureza se deu no seio familiar. O papel do meu pai, da minha mãe e dos meus avós foi me ensinar a respeitar os conhecimentos tradicionais, valorizar as medicinas, respeitar os encantados, que são os protetores das florestas e das águas. Aprendemos muito e isso a gente leva para nossa vida. Nossa intenção é que esses conhecimentos sejam perpetuados e repassados para as gerações futuras. 

LEIA ENTREVISTA COMPLETA NO SITE DE RADIS

PARA ENTENDER A CRISE YANOMAMI

Um ano após o decreto de Emergência Sanitária, por que os indígenas da TIY ainda sofrem com a desassistência e a mineração ilegal

ADRIANO DE LAVOR

O QUE ACONTECEU COM OS YANOMAMI?

Como você já leu aqui na *Radis*, os últimos anos não têm sido fáceis para a população indígena no Brasil. No caso dos Yanomami, o problema é a invasão de terras pela mineração ilegal, há muito denunciada por lideranças da região. A situação se agravou em janeiro de 2023, quando a agência Sumaúma denunciou a morte de 570 crianças por causas evitáveis na Terra Indígena Yanomami (TIY), entre 2019 e 2022. Em 20 de janeiro, o Ministério da Saúde declarou Emergência Sanitária de Importância Nacional (Espin) e uma grande mobilização se seguiu, com a criação do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE Yanomami), em Boa Vista, capital de Roraima. *Radis* foi uma das primeiras equipes de jornalismo a acompanhar as atividades de assistência emergencial e as tentativas de reestruturação da infraestrutura de saúde em terras indígenas (*Radis* 247).

Naquele momento, gestores e líderes indígenas já identificavam a complexidade da situação, como diagnosticou Ana Lúcia Pontes, em entrevista à *Radis*: “O problema é crônico, em todas as dimensões, e não é somente da Saúde”, declarou a então coordenadora do COE. “O nosso território Yanomami foi destruído nos últimos quatro anos”, declarou Dario Kopenawa. A mobilização contra a desassistência (com números alarmantes de desnutrição, malária e déficit de vacinação) revelou que os problemas não estavam somente no território, mas também na Casa de Saúde Indígena Yanomami, na capital de Roraima, e mobilizou voluntários e profissionais do SUS de todo o Brasil.

COMO ESTÃO OS YANOMAMI EM 2024?

Um ano após a declaração da Emergência Sanitária, os problemas no território Yanomami continuam. Relatório lançado pela Hutukara Associação Yanomami em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), em 26 de janeiro de 2024, aponta que a área de garimpo ilegal cresceu 7% na TIY e atingiu 5.432 hectares em 2023.

O documento, que usa dados referentes à presença de garimpeiros e de áreas desmatadas na região, mostra que, apesar da diminuição do avanço da mineração ilegal (eram 54%, em 2022), a atividade criminosa ainda produz “efeitos nocivos” à população indígena, seja nos níveis de saúde, seja na preservação ambiental. Vinte e uma das 37 regiões da TI Yanomami registraram casos de desmatamento associados ao garimpo, no período avaliado pelo relatório.

O levantamento credita o retorno e a permanência da mineração no território ao “relaxamento das ações de repressão, especialmente depois que as Forças Armadas assumiram um maior protagonismo nas operações” e reafirma que a saúde dos Yanomami só será restabelecida com a expulsão completa dos garimpeiros do território, em consonância com o que disse em entrevista à *Radis* o secretário Weibe Tapeba (veja na página 18).

QUAIS OS PROBLEMAS DE SAÚDE ENFRENTADOS PELOS YANOMAMI?

Até novembro de 2023, segundo a Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai), foram registrados na Terra Indígena Yanomami:

- **649** casos de malária — foram **15.561** em 2022
- **5.598** casos de síndrome respiratória grave — **2.478** em 2022
- **20.524** casos de síndrome gripal — **3.203** em 2022
- **9.550** casos de doenças diarreicas agudas — **5.902** em 2022



FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

O QUE ESTÁ SENDO FEITO EM 2024?

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, já reconheceu que o governo federal subestimou a crise na TIY. Em 11 de janeiro de 2024, ela integrou uma comitiva de ministros que voltou a Roraima para monitorar a situação, quando o governo anunciou um investimento de R\$ 1,2 bilhão em ações voltadas ao território, sobretudo na segurança e acesso a políticas públicas pelos indígenas. Em um comunicado oficial, o Ministério da Saúde divulgou que aumentou o efetivo de profissionais, dobrou o investimento em ações de saúde e trabalhou para garantir a assistência e combater as principais doenças, como a malária e a desnutrição no território Yanomami.

Apesar do comprometimento interministerial, notícia divulgada pela Folha de S. Paulo (24/1) mostra que, mesmo sendo responsáveis pela logística da operação na TIY, “os militares não entregaram nem metade das cestas básicas para os indígenas”. O jornal ainda anunciou que as Forças Armadas solicitaram um valor de R\$ 993 mil por dia para manter o suporte às atividades de assistência na região.

A denúncia foi feita um dia depois de a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) fazer uma petição ao ministro Luís Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontando que o Ministério da Defesa não havia providenciado, ao longo de 2023, o apoio necessário à operação de retirada dos garimpeiros e de socorro aos indígenas da TIY — contrariando as diretrizes contidas no decreto assinado pelo presidente Lula, em janeiro de 2023.

Em 17 de janeiro de 2024, a Hutukara Associação Yanomami já havia denunciado que a Aeronáutica estava impedindo que a entidade realizasse voos para comprovação da extensão e do retorno do garimpo. “A recusa da Aeronáutica coincide com a volta de inúmeros voos ilegais e clandestinos de garimpeiros na terra indígena”, registrou a Agência Pública (17/1). “Culpar o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai pela atual situação na Terra Indígena Yanomami revela, no mínimo, uma enorme incompreensão sobre o funcionamento da operação de socorro aos indígenas e de retirada dos invasores garimpeiros”, criticou Rubens Valente, no mesmo dia, em um artigo onde classificou como “sabotagem” a postura dos militares na TIY.



EFEITO **DESIGUAL**

Por que é importante falar em justiça climática quando se trata de alterações no clima

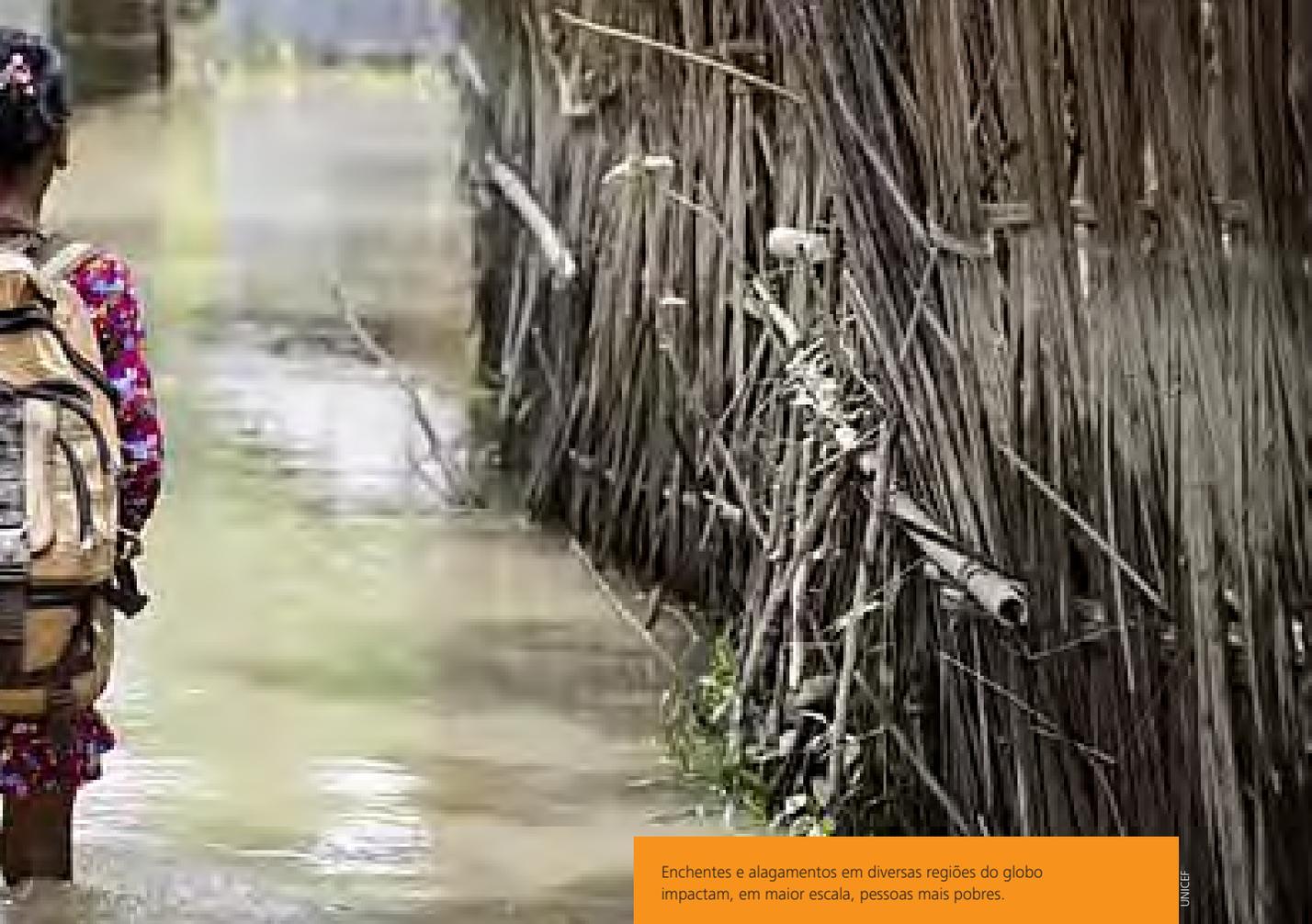
LISEANE MOROSINI

O clima mudou para pior, como mostraram os termômetros que, em 2023, bateram recordes de temperatura. Mais calor trouxe secas prolongadas, incêndios florestais, chuvas intensas, alagamentos e inundações, apagão, queimadas, elevação do nível do mar e deslizamentos de terra em proporção inédita. Esses fenômenos, que impactam de diferentes formas e intensidade a vida das pessoas, não aconteceram só no Brasil. Em qualquer lugar, são as populações vulnerabilizadas e marginalizadas que mais sofrem as consequências da emergência climática. Especialistas apontam que a desigualdade está na raiz da crise e é necessário fazer uma transição energética que promova a justiça climática.

Crise climática e desigualdade não só se relacionam como se retroalimentam, diz relatório da organização Oxfam,

divulgado em dezembro de 2023. O documento recomenda que “só por meio de uma redução radical da desigualdade, uma ação climática transformadora e uma mudança fundamental nos objetivos econômicos como sociedade podem salvar o planeta e garantir uma sociedade mais justa e solidária”.

Para Breno Bringel, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), crise climática e desigualdade “são dois lados de uma mesma moeda”. Em entrevista à *Radis*, durante o 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), no Rio de Janeiro, em novembro de 2023, o professor reforçou que justiça social e climática são indissociáveis. “O mapa da pobreza e o da contaminação estão sobrepostos. Boa parte dos problemas sociais estão sobrepostos aos problemas ambientais. Não



Enchentes e alagamentos em diversas regiões do globo impactam, em maior escala, pessoas mais pobres.

UNICEF

podemos imaginar uma forma de justiça social que não seja também uma forma de justiça climática”, observou.

O pesquisador entende que a chamada agenda climática, que propõe medidas de adaptação e mitigação para a preservação do meio ambiente, reduz esse debate à métrica do carbono, pensa o combate de forma especializada e discute a crise sob o viés do clima. Dessa forma, segundo ele, a agenda deixa de lado os principais atores e sujeitos políticos que deveriam conduzir o debate. “O combate às mudanças climáticas não virá dos técnicos, dos especialistas ou de um grande programa. Vai vir também se a gente aterrissar em práticas concretas e alternativas, como a agroecologia e as comunidades energéticas, que dão respostas concretas para o enfrentamento às mudanças climáticas”, analisou.

TRANSIÇÃO ECOSOCIAL

A emergência climática é provocada principalmente pelo uso intensivo de combustíveis fósseis à base de carbono, como petróleo, carvão e gás. Quando queimados para gerar energia, em atividades industriais, na agropecuária e em outros usos, eles liberam poluentes responsáveis por 80% das emissões de gases do efeito estufa. Isso leva ao aquecimento global, provocando impactos ambientais, sociais e econômicos significativos a todo ambiente terrestre.

Frente ao agravamento do problema ambiental, o documento final da 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes, reconheceu, pela primeira vez, a

necessidade de o mundo fazer a transição energética dessa matriz poluente para uma baseada em fontes renováveis, com baixa ou zero emissões de carbono, para diminuir e deter o aquecimento do planeta. O encontro tentou, mais uma vez, buscar o consenso para evitar que o aquecimento global ultrapasse um aumento de 1,5°C até o final do século.

Ativistas do Pacto Eossocial e Intercultural do Sul, integrado por pesquisadores como Breno, além de agricultores e organizações da América Latina, defendem que, apesar da gravidade do problema, não interessa fazer uma transição qualquer, e sim uma transição fundada no saber das comunidades e no respeito à vida e às práticas tradicionais dos povos originários, o que não vem ocorrendo até agora.

O Pacto foi formado no início de 2020 com o objetivo de se contrapor à agenda climática e aos acordos ditados pelos países do Norte. A plataforma busca promover, ampliar e sistematizar diversas experiências locais ligadas a temas como controle comunitário, autonomias territoriais, soberania alimentar, agroecologia, energia comunitária e ecofeminismos, oferecendo uma alternativa às propostas de transições e Pactos Verdes que surgiram nos últimos anos.

O coletivo entende que os discursos e programas de “transição” propostos são baseados em estratégias corporativistas, tecnocráticas, neocoloniais e até extrativistas que não postulam a transformação estrutural. *Radis* acompanhou uma reunião de integrantes do coletivo durante o 12º CBA e conversou com alguns ativistas após o encerramento.

Para Maristela Svanpa, pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet), da

Argentina, e uma das referências da ecologia política latino-americana, as injustiças ambientais às quais estão submetidos os povos do Sul devem ser levadas em conta na construção do modelo de transição. Segundo ela, os super-ricos, que são 1% da população global, emitem dióxido de carbono equivalente a 66% da população mundial.

“Não é só uma questão de emissão [de gases] Norte-Sul, mas também de desigualdade e classe social quando pensamos na transição ecossocial. Se não resolvermos o problema de injustiça climática, é impossível ter um horizonte de transição ecossocial que seja integrado e holístico para os povos do Sul”, salientou à *Radis*. A desigualdade e o racismo ambiental é que fazem com que crianças, idosos e as pessoas que moram em áreas vulnerabilizadas e marginalizadas, particularmente negras, sejam as mais afetadas pelas mudanças climáticas, como revelou estudo realizado pelo Instituto Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidades.

Para Maristela, a economia verde é uma narrativa das sociedades capitalistas tecnocráticas que não questiona o modelo de desenvolvimento ou a ideologia do crescimento econômico. Ela disse à reportagem que é preciso mudar “os perfis metabólicos de nossa sociedade”. “Não só de extração e produção, mas de consumo e circulação. Sem isso, é impossível achar uma saída e fazer uma transição curta. O atual modelo é insustentável porque implica na mercantilização da natureza e na exacerbação da exploração de seus recursos naturais”, salientou.

CAPITALISMO VERDE

Maristela observou que os países do Norte impõem uma visão dominante da “transição limpa”, que não muda o sistema de relações sociais e o modelo energético ao substituir a matriz de combustíveis fósseis por uma suposta matriz de energia renovável. A pesquisadora lembrou que esses países se apropriaram de recursos necessários para fazer a transição verde até para se reposicionarem politicamente. “É uma transição produtiva e neocolonial que implica que nosso território vai se converter novamente em área de sacrifício e de descarbonização. Só interessa ao Norte, sacrifica o território do Sul e não é sustentável”, disse.

Maristela exemplificou que é ineficaz transformar automóveis à combustão em veículos elétricos sem mudar o sistema de transporte. “Se a medida vai quintuplicar a frota não haverá lítio ou minerais para fazer a transição. Temos de pensar nesses pontos se quisermos fazer uma transição energética justa e popular”, observou.

Carros elétricos utilizam baterias de lítio e a exploração desse mineral causa danos ambientais e coloca comunidades



Experiências agroecológicas constroem alternativas aos impactos das injustiças climáticas.

locais em risco. A América Latina tem cerca de 60% das reservas mundiais e, no Brasil, a extração está concentrada no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. De acordo com o Movimento pela Soberania na Mineração (MAM), cada tonelada de lítio requer cerca de 2,1 milhões de litros de água, gerando a sobrecarga de ecossistemas locais. Esse total permite produzir baterias para apenas 80 carros.

“O capitalismo verde chega com falsas soluções que não se endereçam à raiz da crise climática que a gente enfrenta, que é parte de uma crise ecológica mais ampla”, disse Sabrina Fernandes, coordenadora do Pacto Ecossocial. Para ela, a agroecologia é o caminho para se fazer a transição por ter uma pauta transversal e possibilitar o entendimento de questões como o papel dos fertilizantes e do desmatamento na crise climática ao mesmo tempo em que produz experiências geradas nos territórios. “São alternativas de soberania alimentar, orgânicas e comunitárias que ajudam a juntar as pessoas em outras formas de economia e que permitem que a gente construa afetos em uma possibilidade de um mundo realmente diferente”, afirmou.

AGROECOLOGIA É O CAMINHO

Na visão de Alexandre Costa, professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e pesquisador do clima, a agroecologia pode revolucionar o sistema alimentar global, garantir a erradicação da fome e reverter parte da perda de carbono do ecossistema. Segundo ele, muitas corporações falam em transição energética ao expandir o uso de energia renovável, mas não consideram questões socioambientais em relação aos

O QUE É JUSTIÇA CLIMÁTICA?

Ativistas e especialistas têm falado no conceito de justiça climática para se referir aos impactos desiguais do aquecimento global e das mudanças climáticas em diferentes populações. Em geral, pessoas mais pobres, pretas e indígenas sofrem mais os efeitos de fenômenos como aumento das temperaturas, secas e inundações. Segundo os especialistas, a desigualdade está na raiz da crise do clima e é necessário fazer uma transição energética que promova a justiça climática.



a experiência humana e a não humana”, apontou à *Radis*. Segundo ele, a agroecologia tem papel fundamental para ampliar os modos e experiências de vida, “em um mundo que requer outros mundos como horizonte alternativo à crise que vivemos atualmente”.

PRESSÃO EXTRATIVISTA

Breno entende que a economia verde é parte do problema, já que esse modelo econômico surge a partir de um consenso capitalista que busca a legitimação social por meio da ideia da descarbonização e da mudança de matriz energética. “Claro que nós não somos contrários a mudar a matriz energética dos combustíveis fósseis para as energias renováveis. Isso é importante, mas é insuficiente”, alertou.

O pesquisador explicou que, se a matriz energética mesmo que supostamente limpa não mudar de mãos, haverá uma transição corporativa e uma matriz concentrada, antidemocrática e insustentável. “A transição energética para a economia verde aumenta a pressão extrativista no Brasil e na América Latina”, resumiu. Segundo ele, para que a China e boa parte da Europa tenham energia eólica, está sendo usado pau-de-Balsa, uma madeira mais leve e resistente, abundante na Amazônia. “Estamos devastando a Amazônia equatorial para construir as pás dos aerogeradores da energia eólica. Toda a economia verde só agrava as desigualdades climáticas e os problemas nos territórios”, completou.

Para Breno, é preciso pensar em alternativas de transição civilizatória que combinem saúde individual à saúde coletiva e do planeta. “Quando cuidamos dos territórios, das florestas e dos biomas, cuidamos também da nossa saúde. A gente não pode pensar simplesmente nessa lógica reativa e defensiva do cuidado individual”, ressaltou. “Hoje a principal forma de garantir a saúde e o futuro da humanidade é o cuidado com o planeta. Isso não vem com os créditos de carbono ou o capitalismo verde, mas com o fortalecimento das práticas e das alternativas concretas dos movimentos das comunidades que estão construindo isso no dia a dia”. 

impactos em ecossistemas ou comunidades. “Defendemos uma transição justa a partir das bases, das comunidades. Que elas sejam ouvidas e beneficiadas nesses processos e que sejam respeitados todos os condicionantes socioambientais a fim de minimizar os impactos”, salientou.

O pesquisador lembrou que a produção de alimentos é a segunda maior fonte de emissões de carbono, perdendo apenas para a queima de combustíveis fósseis. “Leva ao desmatamento e envolve emissões muito elevadas de outros gases de efeito estufa, como o metano, especialmente a partir dos grandes rebanhos de ruminantes [gado], e do óxido nitroso, que é produto da decomposição de rejeitos, inclusive de fertilizantes sintéticos”, observou.

Narciso Barrera-Bassols, geógrafo e coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Agroecologia e Política do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), avaliou também que a agroecologia pode resgatar a história de nossos povos. “Eles têm resguardado a diversidade. Reduzir a diversidade é reduzir

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O QUE SÃO?

As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima.

RISCOS

- TEMPERATURAS MAIS ALTAS E SEVERAS
- AUMENTO DA SECA
- UM OCEANO CADA VEZ MAIS QUENTE E MAIOR
- PERDA DE ESPÉCIES
- MAIS RISCOS PARA A SAÚDE
- POBREZA E DESLOCAMENTO MIGRATÓRIO

Fonte: ONU

ABDIAS HERÓI

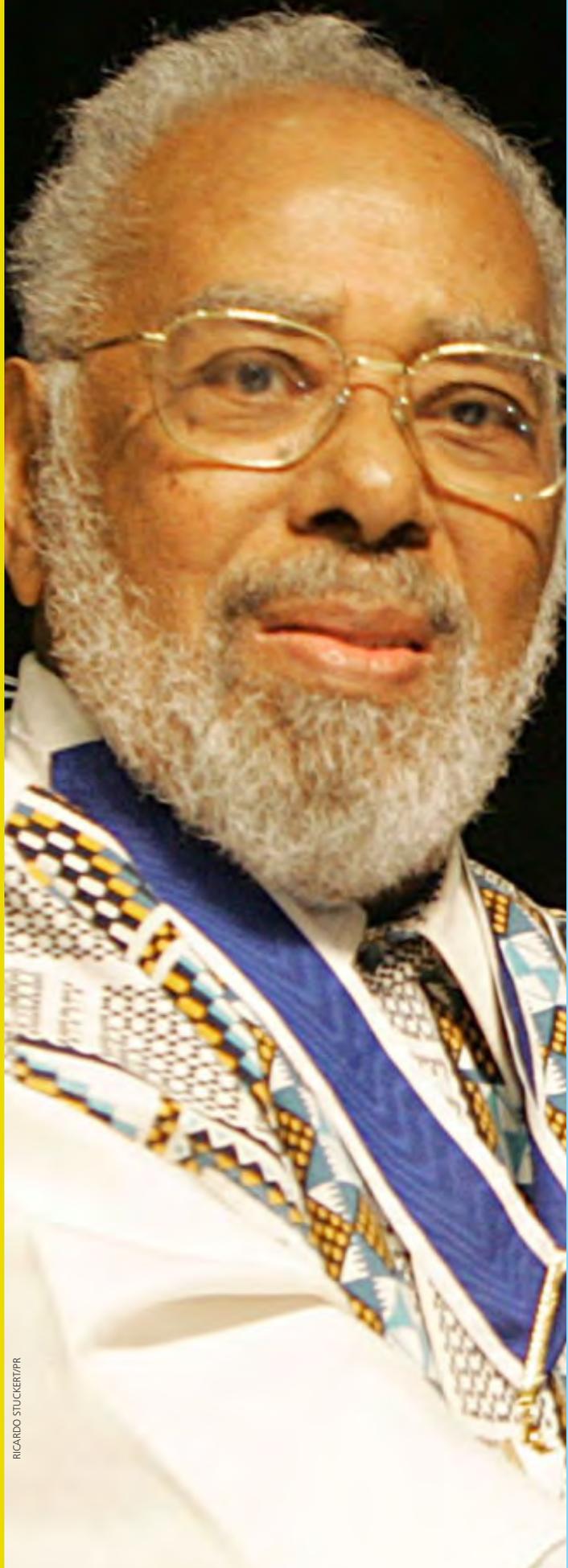
O legado de Abdias Nascimento, ativista do movimento negro incluído no Livro de Heróis da Pátria

LUIZ FELIPE STEVANIM

Na gira encantada da história, dançam orixás e heróis como Zumbi, Luísa Mahin, Luís Gama, Tereza de Benguela, João Cândido e, com o ofá de Oxóssi nas cores verde e amarela da bandeira brasileira, Abdias Nascimento. A essa galeria de personagens históricos, o próprio Abdias acrescentaria os enforcados da Revolta dos Alfaiates (1789) e do levante dos Malês (1835) e tantos nomes anônimos da resistência negra e quilombola.

O resgate da memória negra é uma necessidade, nas palavras do poeta, artista plástico, escritor, dramaturgo, político, professor universitário e ativista dos direitos humanos, Abdias Nascimento (1914-2011). Oriundo da fileira de personalidades negras brasileiras, ele foi incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, após a publicação da lei 14.800, em 9 de janeiro de 2024 — e passa a figurar ao lado de nomes como Tiradentes e Deodoro da Fonseca, que encabeçam a lista.

Abdias é considerado um dos mais importantes intelectuais a tratar da temática afro-brasileira. Foi ativo defensor dos direitos da população negra e transformou sua arte em uma poderosa aliada no combate ao racismo. Destacou-se como artista plástico, com obras que estão em parte reunidas no Museu de Arte Negra (MAN), que ele fundou, e foi um dos pioneiros nas discussões sobre o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) — finalmente declarado feriado nacional no fim de 2023. Criou ainda o Teatro Experimental do Negro (TEN) e ajudou a fundar o



RICARDO STUCKERT/PR

Movimento Negro Unificado.

Em um país que se acostumou a condenar o negro a “sofrer calado e sem reclamar”, como ele mesmo afirmou, reconhecer a contribuição de pessoas negras à história é algo recente — e uma imensa dívida a ser reparada. Quem consideramos heróis? “Os mártires negros da nossa independência são sistematicamente esquecidos pela sociedade brasileira ‘oficial’”, escreveu Abdias, em seu célebre livro *O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista*.

Resgatar o protagonismo de pessoas negras e indígenas na história do Brasil é como acender um candeeiro que ilumina o passado, o presente e o futuro. Essa sempre foi uma preocupação de Abdias Nascimento, para quem o apagamento da memória do africano havia sido a primeira providência da violência colonizadora.

“Caso o negro perdesse a memória do tráfico e da escravidão, ele se distanciaria cada vez mais da África e acabaria perdendo a lembrança do seu ponto de partida”, detalhou. O africano escravizado estava condenado a esquecer: sobretudo, as lembranças daqueles que vieram antes, seus ancestrais e heróis. “Quem não tem passado não tem presente e nem poderá ter futuro”, completou.

“QUILOMBO NÃO SIGNIFICA
ESCRAVO FUGIDO. QUILOMBO
QUER DIZER REUNIÃO
FRATERNAL E LIVRE,
SOLIDARIEDADE, CONVIVÊNCIA,
COMUNHÃO EXISTENCIAL.”

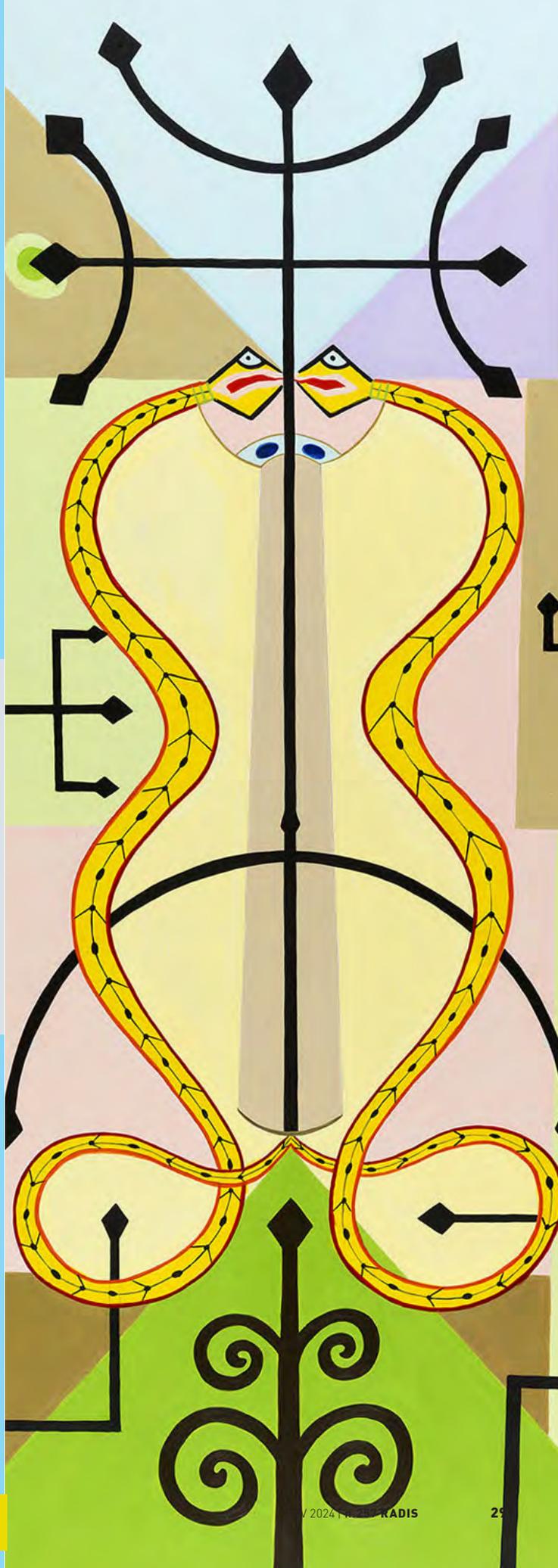
NO LIVRO *QUILOMBISMO*

Por isso, em seus escritos e em sua militância, ressurgem não apenas as sombras, mas as histórias vivas de africanos e brasileiros afrodescendentes. Abdias resgata e, ao mesmo tempo, encarna o espírito dos quilombolas das matas do Urubu, em 1826, na Bahia, liderados pela negra Zeferina; ou dos pretos Cosme e Manuel Balaio, que enfrentaram o exército imperial comandado por Caxias, no Maranhão, em 1839, na Revolta da Balaiada; ou ainda a coragem do jangadeiro cearense Chico da Matilde, o Dragão do Mar, ao se recusar a transportar escravizados que seriam comercializados.

Abdias ensina que o legado de todos esses homens e mulheres ainda vive. São ancestrais do povo negro. Assim como ele mesmo é hoje, na dança do tempo.

QUEM FOI ABDIAS NASCIMENTO

Filho de pai sapateiro e músico e mãe doceira, neto de ex-escravizados, Abdias Nascimento nasceu em Franca, no



“A MEMÓRIA DO NEGRO
BRASILEIRO É PARTE E
PARTÍCIPE NESSE ESFORÇO
DE RECONSTRUÇÃO DE UM
PASSADO AO QUAL TODOS
OS AFRO-BRASILEIROS ESTÃO
LIGADOS.”

NO LIVRO QUILOMBISMO

estado de São Paulo, em 14 de março de 1914. Trabalhou desde os 7 anos de idade e formou-se em economia na Universidade do Rio de Janeiro em 1938.

Nos anos 1930, participou da Frente Negra Brasileira e dos movimentos de protesto contra a discriminação racial e o Estado Novo de Getúlio Vargas, o que o levou à prisão. Encarcerado por 2 anos na Penitenciária do Carandiru, em São Paulo, fez florescer na prisão seus primeiros passos como dramaturgo: fundou o Teatro do Sentenciado, no qual os próprios prisioneiros organizavam as peças teatrais. Seus escritos no período deram origem ao livro *Submundo: Cadernos de um Penitenciário*, publicado recentemente (Editora Zahar, 2023).

Uma de suas mais importantes contribuições à cultura brasileira viria, logo depois, com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Ao romper as barreiras raciais existentes na arte brasileira, a iniciativa ajudou a formar uma geração de atores e atrizes negras, entre os quais Léa Garcia (1933-2023), com quem Abdias foi casado e teve dois filhos.

Entre 1950 e 1968, ele se dedicou a organizar o Museu de Arte Negra: a exposição inaugural ocorreu, em 68, no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. No auge do regime militar, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Abdias, que havia sido filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estava em viagem ao exterior e não pôde retornar ao país: ele passaria 13 anos no exílio, nos Estados Unidos e na Nigéria.

Nesse tempo, estabeleceu intenso diálogo com os movimentos afro-americanos e se tornou professor da Universidade Yale, em New Haven, nos Estados Unidos, e da Universidade Obafemi Awolowo, em Ilé-Ifé, na Nigéria, entre outras instituições em que desenvolveu estudos sobre as culturas africanas e afro-brasileiras. Sua arte ganhou o mundo ao tematizar a religiosidade de matriz africana. Abdias se afirmou como referência do movimento pan-africano, que valoriza o legado de África no próprio continente e na diáspora.

Em 1978, esteve no Brasil e ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado. Somente em 1981, retornaria de vez ao país e criaria o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), que até hoje mantém viva a sua memória. Também



Reprodução das obras Oxum em êxtase e Oxê Oxóssi



MUSEU DE ARTE NEGRA (MAN)

Uma parte das obras de Abdias Nascimento está disponível para acesso online e gratuito no MAN. A instituição foi idealizada pelo próprio artista como um projeto do Teatro Experimental do Negro (TEN), a partir de 1950, para valorizar a arte e a cultura negra e combater o racismo. Após o exílio de seu idealizador, em 1968, o museu foi descontinuado.

Em 2021, a primeira sede do MAN foi inaugurada virtualmente, por iniciativa do Ipeafro. O acervo abriga também a exposição Borboletas de Franca, com curadoria de Elisa Larkin Nascimento, Julio Menezes Silva e Juliana Muller, sobre a vida de Abdias. Nela, é possível navegar por diferentes momentos da trajetória do artista e utilizar recursos de realidade aumentada para interagir com as obras em casa. Acesse: <http://man.ipeafro.org.br/>.

ajudou a organizar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Leonel Brizola, sendo eleito deputado federal em 1983. Foi o primeiro parlamentar negro a colocar a pauta dos direitos da população descendente de africanos no Brasil.

Eleito segundo suplente ao Senado, em 1990, assumiu a vaga em 1997, com a morte de Darcy Ribeiro. Ficou no cargo até 1999, novamente pautando os direitos da população negra. Foi um dos pioneiros na discussão sobre as cotas raciais e, ainda na década de 1980, ajudou a idealizar a Fundação Cultural Palmares, com a proposta de resgatar a história cultural afro-brasileira. Costumava encerrar seus discursos, no parlamento ou nas universidades, com a saudação: “Axé!”

Abdias é autor de dezenas de livros, como O Genocídio do Negro Brasileiro, O Quilombismo e Axés do Sangue e da Esperança — Orikis, além de peças de teatro e pinturas, a maior parte delas reunidas no acervo do MAN [leia abaixo]. Um dos quadros mais famosos, intitulado Oxê Oxóssi, é uma releitura das cores da bandeira brasileira com a exuberância da religiosidade de matriz africana.

Ele faleceu em 2011, aos 97 anos, deixando três filhos, o último deles com a socióloga norte-americana Elisa Larkin Nascimento, com quem foi casado até a morte, e hoje presidente do Ipeafro.

QUILOMBISMO

O Quilombismo é mais do que um manifesto do movimento pan-africanista, que Abdias Nascimento ajudou a idealizar. É também expressão do que ele sentiu e defendeu ao longo de toda a vida. Na obra, que reúne dez documentos escritos em diferentes contextos de militância, Abdias faz desde uma análise precisa do racismo estrutural no Brasil até um resgate da identidade e das culturas afro-brasileiras.

“Ninguém no país é racista”, afirma, de forma irônica. Velado, mascarado, o racismo brasileiro pode ser até sorrateiro na aparência, mas é brutal ao apagar a memória e as culturas africanas. O autor também condena o “mantra” da chamada democracia racial, que camufla a realidade e vende a ideia de que o Brasil é um país em que imperou a harmonia entre negros, brancos e indígenas desde a colonização.

Contudo, Abdias não restringe as pessoas negras ao lugar de vítimas, mas ressalta o protagonismo que tiveram

ao longo da história, desde a resistência dos quilombos até o papel que desempenharam figuras célebres como Luís Gama, Chico da Matilde, André Rebouças e João Cândido. O quilombo é, para ele, um espaço de resistência e socialidade que ainda hoje resguarda saberes ancestrais que mantêm viva a África no Brasil.

Axé, Abdias!



AUTOBIOGRAFIA

EITO QUE RESSOA NO MEU SANGUE
SANGUE DO MEU BISAVÔ PINGA DE TUA
FOICE
FOICE DA TUA VIOLAÇÃO
AINDA CORTA O GRITO DE MINHA AVÓ
LEITO DE SANGUE NEGRO
EMUDECIDO NO ESPANTO
CLAMOR DE TRAGÉDIA NÃO ESQUECIDA
CRIME NÃO PUNIDO NEM PERDOADO
QUEIMAM MINHAS ENTRANHAS
(...)
PRECONCEITO ESMAGADO NO FEITO
DESTRUÍDO NO CONCEITO
EITO ARDENTE DESFEITO
AO LEITE DO AMOR PERFEITO
SEM PLEITO
ELEITO AO PEITO
DA TEIMOSA ESPERANÇA
EM QUE ME DEITO

(Poema extraído de Axés do Sangue e da Esperança — Orikis, 1983)

A MUDANÇA QUE FALTA

Romance premiado de Stenio Gardel, *A Palavra que Resta*, fala sobre aceitação e silenciamentos de pessoas LGBTQIA+ no Sertão nordestino

IZABELLY NUNES*

“[...] a mudança vem, ou a gente correndo atrás dela ou ela atropelando a gente com tudo, sem pedir pra sair do meio. É bom que venha mesmo, que o fim certo é que é bom, é o fim certo que empurra a gente, não fosse a certeza do fim, a gente ia viver igual todo santo dia?”

Uma carta guardada por 50 anos sela um amor proibido entre dois adolescentes.

Intitulado *A Palavra que Resta*, o romance de estreia do autor cearense de 44 anos, Stenio Gardel, lançado em abril de 2021, conta a história de Raimundo, um homem de 71 anos de idade que, motivado pela carta deixada por seu grande amor, Cícero, — guardada em uma caixa de sapato e escondida embaixo de sua cama por 50 anos —, decide ir em busca da alfabetização.

É emocionante a maneira como o autor construiu a caracterização do protagonista: forte e determinado. Mesmo considerando tardia a decisão de ingressar nos estudos, Raimundo revelou-se empenhado e dedicado ao processo de aprendizado. Cada conquista do personagem é reconhecida e valorizada, como, por exemplo, quando consegue substituir a designação “não alfabetizado” marcada em fonte padrão em seu RG pela sua própria assinatura.

Já a escrita, por sua vez, foge dos padrões, inicialmente causando certa estranheza, mas se torna dinâmica e envolvente à medida que um ritmo de leitura é estabelecido pelo leitor. *A Palavra que Resta* é capaz de tocar o público com maestria, com palavras poéticas e uma escrita não-convenicional: o romance descreve altos e baixos, representando a realidade de grande parte da comunidade LGBTQIA+, desde a violência ao amor, da exclusão à aceitação.

A obra desenrola-se em uma pequena cidade interiorana, perpassando diversos episódios de homofobia e transfobia sofridos pelos personagens. Com Raimundo,

o autor dá voz a uma infinidade de brasileiros que se identificam com o personagem de origem pobre que nunca foi incentivado pela família a estudar, já que precisava trabalhar para ajudar a trazer alimento e sustento para casa. Aos 71 anos, quando resolve aprender a ler e escrever, Raimundo se depara com outros idosos das mais variadas origens e realidades, que assim como ele nunca tiveram os estudos em primeiro plano.

Para além disso, a obra tornou-se mundialmente conhecida ao vencer o National Book Award, um dos mais importantes prêmios literários dos Estados Unidos, na categoria de melhor obra traduzida de literatura, em novembro de 2023.

Em seu discurso de agradecimento, o autor disse: “Ao crescer como um garoto gay no interior do Nordeste do Brasil, era impossível pensar ou sonhar em tamanha honra. Mas ao estar aqui nesta noite, como um homem gay, recebendo este prêmio por um romance sobre a história da jornada de outro homem gay rumo à autoaceitação, eu gostaria de dizer a todos que já se sentiram errados a respeito de si mesmos, que o coração e o desejo de vocês são reais, e vocês são merecedores, como todos os outros, de uma vida plena e de alcançar sonhos impossíveis”. O romance também foi indicado ao prestigiado Prêmio Literário Internacional de Dublin.

Apesar de se tratar de uma obra fictícia, *A Palavra que Resta* dialoga de forma perspicaz com a realidade do Sertão brasileiro, onde as gerações mais velhas não tinham tempo para estudar, pois eram o sustento de suas casas; as pessoas que fugiam do padrão heteronormativo de se relacionar eram julgadas e segregadas; e as discussões familiares acabavam em violência. O livro defende a mudança como algo essencial, especialmente nesses casos. Raimundo deixa a lição de que nunca é tarde para mudar — ou para se aceitar. 

■ Estágio supervisionado



A Palavra que Resta – Stênio Gardel. Companhia das Letras. 160 páginas. Vencedor do National Book Award de melhor obra traduzida de literatura.

“Um revirado no estômago, memórias revoavam diante dele. A carta, Cícero, o pai e a mãe mortos, os dias no sítio, as vezes em que tentou estudar, as marcas nas costas, a cruz. Apertou o lápis com a mão. Sobre o caderno infantil, a pele trincada, como o leito de uma lagoa que secou. Um desalinho familiar. Que que tinha um caminho fora do lugar? E essa estrada, precisava seguir, tinha decidido na noite depois da viagem.

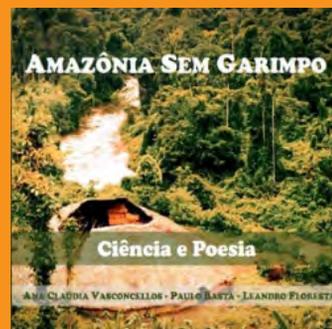
Nem remetente nem destinatário, manchado, amassado. O envelope em tempo de partir, como estaria a carta? As letras ainda carregavam o vigor do braço de Cícero, o vigor com que ele abraçava Cícero de volta? A carta separava e ligava a vida dos dois. Palavra danada! Era a voz do fim, eco de passado não vivido. Se tivesse brigado mais, se. E era o último elo com Cícero. Sopros de sonho arrepiando a nuca, a realidade lambendo o desejo. Tu quer aprender a ler e escrever, Gaudêncio? te ensino.

Raimundo dobrado pelas promessas beijadas. A carta dobrada dentro do envelope, o envelope dentro de uma caixa de sapato, a caixa de sapato debaixo da cama. Dormiu nu.”



AMAZÔNIA SEM GARIMPO

O nome do álbum com músicas autorais já diz muito. Amazônia sem Garimpo traz nove canções da banda Ciência e Poesia, em parceria com Lelê Floresta e Bruno Di Lullo. As composições surgiram dentro do projeto “Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde e ambiente”. Coordenado pelos pesquisadores Ana Claudia Vasconcelos, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), e Paulo Basta, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), ambos da Fiocruz, o projeto já rendeu artigos científicos, livros, cursos, vídeos, animações, e agora canções. O álbum conta com a colaboração de Daniel Munduruku, Cátia de França, Moreno Veloso, Dora Morelembaum, Ilessi, Suraras do Tapajós. Para ouvir: <https://spoti.fi/491E9iE>.

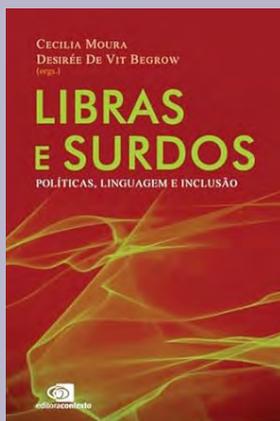


DEMOCRACIA PARA QUEM?

Angela Davis, Patricia Hill Collins e Silvia Federici são três intelectuais do movimento feminista cujas reflexões serão sempre bem-vindas. O livro Democracia para quem? (Boitempo) reúne palestras que elas realizaram entre 15 e 19 de outubro de 2019, no seminário promovido pelo Sesc São Paulo, Democracia em Colapso?, pouco antes de o mundo ingressar numa pandemia. Em debate, o que essas pensadoras e ativistas têm a dizer sobre temas como capitalismo, racismo, desigualdade social, ecologia e o papel da mulher na sociedade. A obra conta ainda com intervenções

LIBRAS & SURDOS

Um livro que dialoga com o surdo e o universo ao seu redor. Em capítulos assinados por diversos autores, Libras e surdos: política, linguagem e inclusão (Editora Contexto), discute direitos, diversidade e multiplicidade linguística, as características e interseccionalidades, a experiência das famílias, entre outros temas essenciais. Organizado pelas especialistas Cecilia Moura e Desirée De Vit Begrow, a obra traz grandes referências para profissionais que estão em interação com surdos, em especial fonoaudiólogos, e estudantes em formação em saúde e educação.



PARA ONDE VAMOS?

Pauta urgente para os dias que seguem, o livro Mudanças Climáticas, Desastres e Saúde (Editora Fiocruz) contribui com a proposição de estratégias concretas para a resiliência das comunidades diante dos desastres climáticos. São 12 capítulos escritos por cerca de 30 especialistas das mais diferentes

áreas, que abordam o tema com uma linguagem acessível ancorada na ciência, para mostrar como casos de secas, inundações e deslizamentos de terra têm afetado, direta ou indiretamente, a vida das populações. Com organização de Christovam Barcellos, Carlos Corvalán e Eliane Lima e Silva, o livro foi o vencedor do Prêmio Abeu 2023, da Associação Brasileira das Editoras Universitárias, na categoria Ciências da Vida.

PATRONA DA ENFERMAGEM

Anna Nery é considerada a patrona da enfermagem brasileira. Baiana de família abastada e viúva de um militar, Anna convence o presidente da província da Bahia, cargo equivalente ao de governador nos dias de hoje, a deixá-la servir como enfermeira durante a Guerra do Paraguai para não ficar longe de seus filhos que iam para o campo de batalha. Lá, ela se consagra pelos cuidados com quaisquer que fossem os feridos. O desenrolar dessa história é abordado neste episódio do podcast do Canal Saúde da Fiocruz Anna Nery e a Guerra do Paraguai: uma história da enfermagem brasileira, que pode ser ouvido em: <https://bit.ly/podcastannanery>.



NISE PRESENTE

Nise da Silveira foi homenageada com as cores e a criatividade da escola de samba Arranco do Engenho de Dentro, na Série Ouro do carnaval do Rio de Janeiro. Com um enredo que destacava a luta antimanicomial, a escola contou a trajetória da médica psiquiatra que renovou o cuidado com os pacientes com transtornos mentais no Brasil.

O samba dizia:

“Não é delírio não, é felicidade

Nise, a saudade te fez regressar

Reimaginando a insanidade

Loucura é não saber amar”

O desfile da Arranco venceu o Estandarte de Ouro na categoria Fernando Pamplona (Inovação), que valoriza a criatividade. O abre-alas foi decorado com caixas e bulas de remédio coletados nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

A comissão de frente “Manicômios nunca mais” narrava a importância do cuidado em liberdade, mostrando a mente criativa se libertando das camisas de força.

A escola tem sua história ligada ao bairro do Engenho de Dentro, na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde Nise atuou e funciona atualmente o Instituto Nise da Silveira.

■ TEXTO: LUIZ FELIPE STEVANIM | FOTOS: LEANDRO MILTON (SRZD)



COMBATE AO MOSQUITO

PARA FAZER DIFERENTE,
PRECISAMOS AGIR ANTES.



Evite água parada e elimine os criadouros do mosquito.

Vamos agir juntos para que as histórias de dengue, chikungunya e Zika não se repitam.



Mantenha a caixa-d'água bem fechada.



Receba bem os agentes de saúde e os de endemias.



Amarre bem os sacos de lixo.



Não acumule sucata e entulho.



Coloque areia nos vasos de planta.



Guarde pneus em locais cobertos.



Limpe bem as calhas de casa.



Esvazie garrafas PET, potes e vasos.

Em caso de sintomas, procure uma Unidade de Saúde e não tome remédios por conta própria.